

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DOUGLAS MICHEL RIBEIRO PORTO

O PRINCÍPIO ESPERANÇA E O
MOVIMENTO DE MULTIDÃO DE 2013

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka
Orientador

Porto Alegre

2017

DOUGLAS MICHEL RIBEIRO PORTO

O PRINCÍPIO ESPERANÇA E O MOVIMENTO DE MULTIDÃO DE 2013

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka

Porto Alegre

2017

Ficha Catalográfica

P853p Porto, Douglas Michel Ribeiro

O Princípio Esperança e o Movimento de Multidão de 2013 /
Douglas Michel Ribeiro Porto . – 2017.

95 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka.

1. Esperança. 2. Afetos expectantes. 3. Movimento de multidão. 4.
Movimentos sociais. 5. Manifestações de 2013. I. Sobottka, Emil
Albert. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DOUGLAS MICHEL RIBEIRO PORTO

O PRINCÍPIO ESPERANÇA E O MOVIMENTO DE MULTIDÃO DE 2013

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Aprovado em: 31/03/2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka (orientador)

Profa. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Prof. Dr. Nythamar de Oliveira

Porto Alegre

2017

À memória de meu avô **João Delfino Ribeiro**,
homem de sociabilidade simples, músico talentoso e, assim
como tantos outros brasileiros, excluído do sistema
educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e professoras que, de uma forma ou de outra, participaram da minha jornada pelo mestrado. De modo especial, agradeço aos professores Emil Sobottka (PPGCS/PUCRS) e Ricardo Timm (PPGFIL/PUCRS). Ao professor Timm eu agradeço por ter apresentado-me ao vigoroso e instigante pensamento de Ernst Bloch. Ao professor Emil, agradeço por ter acolhido-me como seu orientando, por ter sido incentivador deste trabalho e por ter apresentado-me ao campo de estudos de movimentos sociais. Suas orientações, “sutis”, “discretas” e precisas, foram fundamentais para a produção da presente dissertação. E saibam os senhores, cujas aulas eu frequentei simultaneamente, – Emil, com a disciplina sobre movimentos sociais, e Timm, com a disciplina sobre Bloch – que foram decisivos para que eu tivesse o *insight* de conectar Bloch, Honneth e movimentos sociais, dando vida a esse trabalho. Sou-lhes muito grato por terem contribuído para que eu amadurecesse intelectualmente um pouquinho mais.

Aos meus amigos e amigas do TMN, certamente esse espaço de alegria, festa, amizade, política, onde reforçamos nossas esperanças na transformação do mundo, é fundamental para que eu tenha energia para o labor intelectual. Agradeço ao Grupo Clandestino de Trovas pelo privilégio de fazer parte desse agradável e proveitoso espaço de estudos. Agradeço também ao professor e amigo Adão Clóvis pelo incentivo e pelas conversas sociológicas sempre muito frutíferas.

À minha família pela torcida e apoio.

Ao meu velho e melhor amigo Igor, grande entusiasta e incentivador.

À Thais, minha parceira romântica e intelectual. Teu apoio foi fundamental para mim. Obrigado pelo incentivo e por tua constante disposição para me ajudar. Tua capacidade analítica, o aguçado senso de organização e a inteligência singular, contribuíram (e muito) para qualificar esse trabalho. Agradeço-te, especialmente, por compartilhar a vida comigo. Saiba que te admiro muito!

Agradeço à CAPES e ao CNPq pelas bolsas de estudos que possibilitaram a realização dessa pesquisa, minha participação em congressos e seminários e minha existência material nos últimos dois anos. Desejo que esses órgãos sigam fomentando a educação e a pesquisa no Brasil.

Pensar significa transpor[...]A falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas.

Ernst Bloch

Contrariando todas as regras de composição, as paredes da construção são exibidas umas após as outras à medida que vão sendo edificadas, cercadas pelo que resta de andaimes, de montes de areia e pedra, de pedaços de vigas e de trolhas sujas. [...] Deveria ser uma banalidade por todos reconhecida, o fato de que no caso do trabalho de reflexão, retirar os andaimes e limpar os arredores do edifício, não somente em nada contribui para o leitor, mas também lhe tira algo de essencial. Ao contrário da obra de arte, aqui não há edifício terminado e por terminar; tanto e mais que os resultados, importa o trabalho da reflexão e talvez seja sobretudo isto que um autor pode oferecer, se é que ele pode oferecer alguma coisa.

Cornelius Castoriadis

*Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento das classes dominantes. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugá-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da **esperança** pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.*

Walter Benjamin

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo principal responder à seguinte questão: Qual a importância da *esperança* para mobilizar e motivar os indivíduos a se manifestarem nas ruas da cidade de Porto Alegre no ano de 2013? Buscamos respondê-la de duas formas. Primeiro, mobilizamos o arcabouço teórico oferecido por Ernst Bloch estabelecendo interlocução privilegiada com Axel Honneth e, a partir disso, produzimos uma reflexão a respeito da importância da esperança para a mobilização e motivação dos sujeitos partícipes de movimentos sociais, manifestações, ações coletivas, em síntese, ações políticas coletivas com vistas a alterar as circunstâncias vividas pelos sujeitos, não importando a dimensão da mudança demandada. Segundo, através de registros fotográficos das manifestações multitudinárias irrompidas nas ruas de Porto Alegre no ano de 2013, buscamos analisar de quais maneiras a esperança cristalizou-se na realidade fática motivando os manifestantes, estruturando as manifestações e gerando impactos na institucionalidade. Para isso lançamos mão dos seguintes conceitos blochianos: *afetos expectantes*, *sonhos diurnos*, *utopias concretas*, *front e novum*.

Palavras-chave: *esperança*, *afetos expectantes*, movimento de multidão, movimentos sociais, manifestações de 2013.

ABSTRACT

The purpose of this Master's thesis is to answer the following question: What is the importance of hope to mobilize and motivate individuals to manifest themselves on the streets of Porto Alegre in 2013? We seek to answer it in two ways. First, we mobilized the theoretical framework offered by Ernst Bloch establishing privileged dialogue with Axel Honneth and, from this, we produced a reflection about the importance of hope for the mobilization and motivation of the subjects involved in social movements, manifestations, collective actions, in summary, collective political actions with a view to changing the circumstances lived by the subjects, regardless of the size of the change demanded. Second, through photographic records of the multitude manifestations erupted on the streets of Porto Alegre in 2013, we sought to analyze in what ways the hope crystallized in the factual reality motivating the protesters, structuring the manifestations and generating impacts on the institutionality. To do this, we use the following Blochian concepts: *expectant affections*, *diurnal dreams*, *concrete utopias*, *front* and *novum*.

Keywords: *Hope*, *expectant affections*, multitude movement, social movements, manifestations of 2013.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Flautista (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	51
Fotografia 2 – Ônibus I (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	56
Fotografia 3 – Ônibus II (Fonte: La Parola)	56
Fotografia 4 – Agência bancária I (Fonte: Felipe Deroit/RádioGaúcha)	57
Fotografia 5 – Agência bancária II (Fonte: Cristiano Goulart/Agência RBS)	57
Fotografia 6 – Estabelecimento comercial (Fonte: Bernardo Jardim/Sul21)	58
Fotografia 7 – Fogueira (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	58
Fotografia 8 – Container de coleta de lixo (Fonte: Bruna Scirea/Agência RBS)	58
Fotografia 9 – Veículo de empresa de comunicação (Fonte: Gustavo Roth/Agência RBS) ...	59
Fotografia 10 – Manifestante I (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	60
Fotografia 11 – Faixa I (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	61
Fotografia 12 – Faixa II (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	61
Fotografia 13 – Manifestante II (Fonte: Ramiro Furquim Sul/21)	61
Fotografia 14 – Manifestante III (Ramiro Furquim/Sul21)	62
Fotografia 15 – Manifestante IV (Ramiro Furquim/Sul21)	62
Fotografia 16 – Manifestante V (Ramiro Furquim/Sul21)	62
Fotografia 17 – Faixa III (Ramiro Furquim/Sul21)	63
Fotografia 18 – Cartaz (Ramiro Furquim/Sul21)	63
Fotografia 19 – Ato Movimento Ambientalista (Ramiro Furquim/Sul21)	63
Fotografia 20 – Criança I (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	65
Fotografia 21 – Criança II (Fonte: Ramiro Furquim Sul/21)	66
Fotografia 22 – Criança III (Fonte: Ramiro Furquim Sul/21)	66
Fotografia 23 – Crianças IV (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	66
Fotografia 24 – Crianças V (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	67
Fotografia 25 – Revogação da tarifa (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	68
Fotografia 26 – Faixa (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	69
Fotografia 27 – Bandeira (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	70
Fotografia 28 – Ocupação I (Fonte: Alexandre Haubrich/Jornalismo B)	74
Fotografia 29 – Ocupação II (Fonte: Alexandre Haubrich/Jornalismo B)	74
Fotografia 30 – Ocupação III (Fonte: Alexandre Haubrich/Jornalismo B)	75
Fotografia 31 – Ocupação IV (Fonte: Bloco de Luta pelo Transporte/Facebook)	75
Fotografia 32 – <i>Front</i> I (Fonte: Bernardo Jardim/Sul21)	80
Fotografia 33 – <i>Front</i> II (Fonte: Michel Cortez/Sul21)	80
Fotografia 34 – <i>Front</i> III (Fonte: Michel Cortez/Sul21)	81
Fotografia 35 – <i>Front</i> IV (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	81
Fotografia 36 – Repressão (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)	82

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 BREVE APANHADO DA LITERATURA SOBRE 2013	10
1.2 DA PARCIALIDADE APRESENTADA PELOS ESTUDOS SOBRE 2013	17
1.3 DELIMITAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E EMPÍRICA	18
1.4 A MULTIDÃO EM MOVIMENTO	20
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	22
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E O PRINCÍPIO ESPERANÇA	24
2.1 AFINIDADES ELETIVAS: AXEL HONNETH E ERNST BLOCH	24
2.2 A ONTOLOGIA DO AINDA-NÃO: PULSÃO, FOME, AFETOS EXPECTANTES, ESPERANÇA, UTOPIA CONCRETA E MOVIMENTO SOCIAL	28
2.3 ESBOÇO DE CRÍTICA À NEGLIGÊNCIA DA ESPERANÇA NAS TEORIAS TRADICIONAIS DE MOVIMENTO SOCIAL	32
2.4 DAS CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL	33
2.5 ANGÚSTIA, ESPERANÇA E ORGANIZAÇÃO PARA A RESISTÊNCIA	34
2.6 INTERSUBJETIVIDADE.....	36
2.7 <i>FRONT</i> E <i>NOVUM</i> : O LUGAR DE AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESPAÇO SOCIAL	38
2.8 ESPERANÇA: ELEMENTO IMANENTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	41
3 O PRINCÍPIO ESPERANÇA E AS MANIFESTAÇÕES MULTITUDINÁRIAS NAS RUAS DE PORTO ALEGRE EM 2013	43
3.1 <i>DECOMPOSIÇÃO SOCIAL</i> E NEOLIBERALISMO: ASPECTOS DA CONJUNTURA GERAL DO OCIDENTE CONTEMPORÂNEO	43
3.2 QUANDO A BUROCRACIA QUER CONTROLAR OS SONHOS: POLÍTICA NEOLIBERAL EM PORTO ALEGRE ANTES DE 2013	46
3.3 ESPERANÇA: O FLAUTISTA DE PORTO ALEGRE	51
3.4 <i>AFETOS EXPECTANTES</i> TOMAM AS RUAS	54
3.5 ESPERANÇA: A PRESENÇA DE CRIANÇAS NAS MANIFESTAÇÕES	64
3.6 LAMPEJAM OS <i>SONHOS DIURNOS</i>	67
3.7 A CRISTALIZAÇÃO DE <i>UTOPIAS CONCRETAS</i>	71
3.8 <i>FRONT</i> , <i>NOVUM</i> E A RELAÇÃO DA ESPERANÇA COM A INSTITUCIONALIDADE	75
3.9 REPRESSÃO E DESRESPEITO NAS RUAS DE PORTO ALEGRE	81
3.10 A VELHA ESTRATÉGIA DO MEDO E O TRIUNFO DA ESPERANÇA	83
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: <i>EXPECÇÕES</i> SOBRE O FUTURO	87
REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

1.1 BREVE APANHADO DA LITERATURA SOBRE 2013

Evidencia-se certa cautela por parte dos estudiosos de movimentos sociais para falar sobre os eventos que se desenrolaram em diferentes cidades situadas em diferentes regiões do Brasil no ano de 2013, especialmente no mês de junho. Estima-se que tenham ocorrido manifestações em pelo menos quatrocentos municípios brasileiros (ANTUNES; BRAGA, 2014), dos quais 22 foram em capitais.

Tratou-se, sem dúvida, de um evento surpreendente e gigantesco. Surpreendente porque a dimensão extraordinária do intempestivo evento deixou todos atônitos, tanto o sujeito simples da vida cotidiana, quanto o estudioso do tema, ficaram surpreendidos diante das manifestações de 2013. No escopo do presente trabalho objetivamos produzir algumas elucidações sobre o fenômeno 2013 e, assim, contribuir, ao lado de outros estudos já realizados, para aprofundar a compreensão do objeto.

Com relação aos estudos já realizados sobre o tema, o que se verifica predominantemente são produções exploratórias e introdutórias. Portanto, entendemos ser pertinente expor as linhas gerais de algumas produções que se debruçam sobre 2013. Com isso, queremos tomar conhecimento sobre alguns dos enfoques teóricos e metodológicos oferecidos para o estudo do fenômeno no campo das ciências sociais. Para isso selecionamos cinco artigos sobre 2013 cujos autores são: Ricardo Antunes e Ruy Braga; Maria da Glória Gohn; Ilse Scherer-Warren; André Singer; Luciana Tatagiba.

Antunes e Braga (2014) publicaram um artigo em conjunto cujo título é “Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013”. Nesse trabalho os autores buscam fazer um levantamento sobre os possíveis porquês das rebeliões de junho e julho de 2013, enfatizando, principalmente, questões conjunturais de ordem socioeconômica. Porém, salientam que o “entendimento desta verdadeira rebelião popular é impossível nesse momento. O que aqui pretendemos é tão somente indicar alguns pontos de partida capazes de tentar compreender os porquês de sua explosão, recolher um pouco de seu desenho empírico e, por fim, tentar apresentar alguns de seus traços” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 42).

Antunes e Braga sugerem que a eclosão das rebeliões no Brasil deveu-se “a uma *processualidade interna* [...] articulado com uma *processualidade externa*”. Com “processualidade externa” referem-se à deflagração de protestos em diferentes partes do

mundo – Grécia, Itália, França, Inglaterra, Espanha, Portugal, EUA, países do oriente médio – devido à “crise estrutural do capital [que] vem ampliando significativamente as diversas formas de precarização do trabalho e intensificando o desemprego” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 42).

Por “processualidade externa” os autores reconstróem os processos de lutas sociais desde a década de 1980. Resgatam o florescimento de um forte movimento sindical, com ênfase para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Passam pela criação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (1984). A constituinte em 1986 e a primeira eleição direta realizada em 1989. A década de 1990 qualificam como a “era da desertificação neoliberal do Brasil” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 43). Na primeira década dos anos 2000, período de Lula na Presidência da República, constatam o arrefecimento das lutas populares e descontentamento social através da adoção por parte do governo de duas estratégias:

por um lado, as lideranças petistas incorporaram, por meio de milhares de cargos administrativos de assessoramento e do controle sindical dos fundos de pensão, muitos movimentos sociais e populares ao governo, conduzindo o movimento sindical a uma verdadeira “fusão” com o aparelho do Estado; por outro, os setores mais empobrecidos e parte dos segmentos mais precarizados da população trabalhadora foram seduzidos pelas políticas públicas do governo federal, em especial, pelo Bolsa Família, pelo crédito direto e pelos aumentos reais do salário mínimo (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 43).

Mas, segundo Antunes e Braga, esse ciclo começou a esgotar-se com o aprofundamento da precarização no mundo do trabalho e também dos serviços essenciais: saúde, transporte coletivo e educação. Provocando crescente insatisfação, especialmente nos setores mais jovens da classe trabalhadora, e também contando mais tarde com a adesão dos assalariados médios urbanos e com a população das periferias. Em linhas gerais, esse é o contexto de deflagração das rebeliões.

No subitem “campo de batalhas, suas reivindicações e modos de ser”, os autores salientam o apoio popular recebido pelo MPL para luta contra o aumento em vinte centavos no valor da tarifa do transporte urbano. E fazem o adendo de que no decorrer da rebelião ficou evidente que “nunca se tratou exclusivamente de um aumento do preço da passagem de ônibus e metrô” (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 45). Tratava-se do prelúdio de uma insatisfação social generalizada. Conforme os autores, foi somente após a dura repressão policial ocorrida na noite de 13 de junho que as manifestações tornaram-se realmente massivas. A manifestação seguinte juntou cem mil pessoas no Largo da Batata,

em São Paulo. Antunes e Braga concluem que o movimento esteve em disputa, de um lado, diversos grupos de esquerda, de outro, pequenos grupamentos de direita tentando conquistar a liderança do movimento, estabelecendo-se uma disputa ideológica. A conclusão a que chegam sobre seu caráter é de que se trata de “um movimento amplo, de massa, polissêmico e multiforme, bastante diferente de outros que aconteceram na história recente do país” (ANTUNES, BRAGA, 2014, p. 47).

Maria da Glória Gohn publicou em 2016 um artigo sobre as manifestações de 2013 cujo título é “Manifestações e protestos nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena”. A autora estrutura o artigo em torno de três eixos.

No primeiro eixo, ela faz uma breve revisão sobre o histórico de protestos no Brasil. Indica que os protestos passam a ter maior visibilidade no país a partir da década de 1950. Salienta que os protestos em torno de pautas de cidadania iniciam seu desenvolvimento no final da década de 1970. A autora passa pelas mobilizações das Diretas Já em 1984 e o movimento dos Caras Pintadas em 1992. Desde então Gohn observa que “organizaram-se centenas de movimentos sociais que saíram às ruas em luta por seus direitos, quer sejam de serviços públicos, terra, moradia, direitos de identidades culturais e de pertencimento, como os afrodescendentes, os povos indígenas, opção de orientação sexual etc.” (GOHN, 2016, p. 128).

Gohn diz que em 2013 “novíssimos atores entraram em cena e mudaram o panorama das manifestações no Brasil com multidões nas ruas após serem convocadas por redes e *on-line*” (GOHN, 2016, p. 129). A par com Antunes e Braga, Gohn indica que o entendimento das causas para o surgimento dos “novíssimos atores” reside em questões políticas e econômicas internas e também na conjuntura externa. Contextualiza as questões externas relacionando a crise econômica mundial e as mobilizações que surgiram em diferentes países da Europa e Oriente Médio. Também registra que as manifestações de 2013 no Brasil inserem-se nas novas formas de ativismo transnacional.

No segundo eixo de sua reflexão, Gohn faz uma discussão conceitual em torno das categorias de povo, massa e multidão. Sua discussão é conduzida para a conclusão de que a categoria mais apropriada para o enquadramento das manifestações de 2013 é a de multidão, pois é uma categoria “mais contemporânea” (GOHN, 2016, p. 131). Para a autora a categoria de “indignação” é central para se compreender a motivação da multidão que foi às ruas.

Em seu terceiro eixo argumentativo, ela discute a maneira mais apropriada para qualificar as novíssimas formas de protesto inauguradas em 2013. Considera que o mais

apropriado é nomear de “manifestações de protestos” (GOHN, 2016, p. 133). Após, esboça uma diferenciação entre os movimentos sociais tradicionais, exaustivamente estudados pela sociologia, e as novíssimas manifestações.

Suas conclusões indicam que a composição das manifestações “é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade, o governo”. Entende que as manifestações ampliaram a democracia demonstrando que ela “é um processo em construção, não algo dado e encerrado”. E constata que as manifestações comportaram, do ponto de vista ideológico, “inúmeras matrizes, que vão do socialismo utópico do século XIX, às modernas interpretações sobre poder da sociedade em rede, passando também por concepções do liberalismo e do marxismo” (GOHN, 2016, p. 143).

Ilse Scherer-Warren, em seu artigo intitulado “Manifestações de rua no Brasil: encontros e desencontros na política”, busca estabelecer as diferenças organizacionais e políticas entre as grandes manifestações do século XX e as manifestações de 2013. Ela organiza o trabalho em quatro partes.

Na primeira, a autora recupera as principais mobilizações do século XX: “mobilizações contra a ditadura, as Diretas Já, os Caras Pintadas e o Movimento pela Ética na Política, além das manifestações mais regulares, como o Grito dos Excluídos, as Marchas das Margaridas, os movimentos pela reforma agrária, ou dos atingidos por barragens, movimento negro, indígena, etc.” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 417). E coloca que uma das diferenças fundamentais entre aquelas e as manifestações de 2013 é a convocatória via redes sociais virtuais. Isso, argumenta, “trouxe o povo para a rua quase em tempo real, ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos (SCHERER-WARREN, 2014, p. 417). Também destaca que tanto nas manifestações ocorridas no século XX quanto nas de 2013, os jovens sempre foram ativos e ou protagonistas.

Na segunda parte do trabalho, Scherer-Warren analisa a pluralidade de forças sociais nas manifestações de rua de 2013. Destaca que a pluralidade de pautas expressas nas ruas orbitou em torno de basicamente dois eixos, luta por mudanças sistêmicas e luta por direitos humanos.

Na terceira parte, a autora estabelece distinções entre os movimentos organizados e as manifestações de rua. Para caracterizar as manifestações de 2013 também lança mão, assim como Gohn, do conceito de multidão. E, para caracterizar os movimentos sociais organizados, a autora aponta quatro elementos constitutivos:

O *frame* organizacional, para garantir continuidade e interatividade [...]; Articulações discursivas [...]; Demandas e ideários [...]; Enfim, o movimento busca, na manifestação, o momento de protesto, reivindicação ou visibilidade, mas tem uma continuidade para além desse momento mobilizatório público. Os movimentos sociais promovem, participam ou estão nas manifestações, mas não se reduzem a elas (SCHERER-WARREN, 2014, p. 422).

Na última parte do artigo, Scherer-Warren busca captar a constituição dos sujeitos nas manifestações. Pergunta-se quais os elos que permitiram sujeitos ideologicamente tão distintos dividirem a rua. Para ela foi “a condição de identificação de ser jurídico, sujeito de direitos e deveres [...] que permitiu uma primeira articulação discursiva entre sujeitos plurais, ideologicamente bastante diferenciados e, às vezes opostos, a qual justifica seu comparecimento simultâneo às ruas” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 426).

André Singer em artigo cujo título é “Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”, busca fazer uma análise acerca da composição de classe das manifestações de junho de 2013, estabelecendo relação com a variável ideologia. Segundo o autor, os acontecimentos de junho de 2013 se dividiram em três fases.

A primeira fase corresponde ao início das manifestações, momento em que havia um objetivo bem demarcado e explícito: “redução do preço das passagens do transporte coletivo” (SINGER, 2013, p. 24). Essa primeira fase foi protagonizada por uma pequena fração da classe média e culminou com o que o autor chama de “verdadeira batalha campal com as legiões da ordem” (SINGER, 2013, p. 24). Isso preparou o cenário para a segunda fase, pois “o uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público” (SINGER, 2013, p. 25).

A segunda fase é onde o autor localiza o epicentro das manifestações, quando ocorre a adesão massiva de novos manifestantes oriundos de outras frações da sociedade. Isso, conforme Singer, acaba multiplicando “por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas” (SINGER, 2013, p. 26). O autor destaca que foi nessa fase que os poderes executivos municipais e estaduais de São Paulo atenderam à demanda e revogaram o aumento da tarifa. A terceira fase foi quando o movimento se fragmenta em mobilizações parciais: “(redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.)” (SINGER, 2013, p. 26).

Após essa breve descrição organizativa dos protestos de junho de 2013, Singer formula algumas hipóteses parciais sobre o evento no que tange às variáveis classe e ideologia. O autor constata a existência de duas perspectivas sobre a composição de classe

dos protestos de 2013: uma que enxergou a predominância da classe média e outra do precariado. Ele, por sua vez, propõe uma leitura alternativa:

a de que elas [as manifestações] possam ter sido simultaneamente as duas coisas, as saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003, 2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (SINGER, 2013, p. 27).

Para comprovar a plausibilidade de sua hipótese o autor recorre ao cotejo de dados sobre o perfil dos manifestantes observando as variáveis idade, escolaridade e renda. A partir de sua interpretação da composição de classe das manifestações, Singer faz algumas inferências sobre o conteúdo ideológico que animou as ruas. Segundo ele, a rua foi heterogeneamente povoada com ideologias de esquerda, direita e de centro pós-materialistas.

A primeira fase das manifestações, com a bandeira da redução da tarifa bem delimitada, imprimiu um caráter ideológico de esquerda às manifestações. Na segunda fase, constata o autor, setores de classe média de centro-esquerda e direita embarcaram nas manifestações de forma tão numerosa que conseguiram mudar a direção ideológica dos protestos: “o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita” (SINGER, 2013, p. 34).

Segundo Singer, junto com a adesão massiva da classe média na segunda fase, vieram as bandeiras de direita, mas também vieram as pautas pós-materialistas. Para ele, “a segunda fase não teria representado uma apropriação do movimento pela direita, mas uma muito mais sutil ressignificação por parte de um centro pós-materialista. Por meio dela, tanto os ‘hospitais padrão Fifa’ como as ‘punições exemplares aos corruptos’ passaram a simbolizar a ‘modernização do Brasil’” (SINGER, 2013, p. 38). Ou seja, sua tese aqui é de que o centro foi o principal polo ideológico orientador dos protestos.

Em “1984, 1992 e 2013. Sobre o ciclo de protestos e democracia no Brasil”, Luciana Tatagiba procura estudar o ciclo de protestos eclodido contra o aumento das tarifas em 2013 através da comparação com outros dois ciclos de protestos recentes na história do Brasil, as Diretas Já em 1984 e o Fora Collor em 1992. Sua análise divide-se

em três eixos: “a construção simbólica dos protestos, a infraestrutura de mobilização e as performances confrontacionais” (TATAGIBA, 2014, p. 35).

No eixo em que a autora versa sobre a construção simbólica dos protestos, há a constatação de similaridades e distinções entre os três ciclos de protestos por ela analisados. O ano de 2013 foi marcado pela heterogeneidade e diversidade de pautas, embora o Movimento Passe Livre tenha se esforçado para unir os protestos em torno da pauta mínima do aumento da tarifa, segundo a autora, ele não foi bem sucedido. Ao analisar o caso das Diretas Já e do Fora Collor, Tatagiba também verifica heterogeneidade na composição dos protestos, porém a diferença é que nesses dois casos, “diante dos interesses diversos, e até mesmo conflitantes, o desafio da construção de um marco comum para o confronto [...] mobilizou parte significativa da energia dos organizadores. Nos dois casos o papel dos partidos políticos foi decisivo para essa costura” (TATAGIBA, 2014, p. 41).

Já em 2013 o que a autora verificou com mais força foi o desejo das ruas pelo “exercício da política sem mediações institucionais” (TATAGIBA, 2014, p. 41). Um elemento transversal aos três ciclos de protestos analisados é a presença de símbolos nacionais: verde e amarelo e o hino nacional, por exemplo. Além da presença dos símbolos nacionais, a autora salienta que o combate à corrupção também esteve presente nos três ciclos. Segundo Tatagiba, “o frame do ‘combate à corrupção’ encontra forte ressonância popular, o que o tornou uma bandeira poderosa de mobilização à esquerda e à direita ao longo desses 30 anos” (TATAGIBA, 2014, p. 44).

No eixo número dois do artigo, a autora discute as diferenças organizacionais e infraestruturais entre os protestos de 2013, as Diretas Já e o Fora Collor. Nesses dois últimos casos a organização estava na “formação de frentes suprapartidárias que contavam também com a representação de diferentes organizações de movimentos sociais” (TATAGIBA, 2014, p. 44). Ou seja, os partidos políticos foram decisivos na organização e direção dos ciclos de protestos das Diretas Já e do Fora Collor. Era tarefa dos partidos a produção e a distribuição de material impresso convidando a população em geral para os protestos. Nos protestos de 2013, segundo Tatagiba, isso se deu de forma muito distinta. Os partidos políticos não desempenharam nenhuma função efetiva para a viabilização das manifestações. No caso de São Paulo foi o Movimento Passe Livre o principal mobilizador e recrutador para as manifestações e, para isso, utilizou-se essencialmente das redes sociais, embora também tenha utilizado os instrumentos tradicionais.

No terceiro e último eixo, Tatagiba busca analisar as performances de confrontação de cada um dos ciclos por ela analisados. No caso das Diretas já, a principal estratégia de confrontação foram “grandes eventos públicos, que duravam em torno de cinco horas, e que costumavam contar com a presença de artistas cantores. Pagos pela direção dos partidos ou por governadores comprometidos com a causa, os megacomícios das Diretas Já eram verdadeiras festas cívicas” (TATAGIBA, 2014, p. 51). No Fora Collor, por sua vez, “destacavam-se os jovens e suas caras pintadas de verde e amarelo. Passeatas, seguidas de comícios, compunham as principais estratégias de confrontação” (TATAGIBA, 2014, p. 53).

A autora constata que 2013 foi substancialmente diferente dos outros dois ciclos de protestos. Em 2013 não se buscava influenciar a institucionalidade, mas sim “asfixiar o poder executivo” (TATAGIBA, 2014, p. 54). A grande inovação de 2013, conforme Tatagiba, foi a utilização de “estratégias violentas” de confrontação:

Desde os primeiros protestos, a estética da violência se destacou nas ruas e na cobertura da imprensa. Pneus e latas de lixo incendiados, fachadas de bancos destruídas, estações de metrô depredadas, carros de emissoras de televisão atacados, tentativa de invasão de sede dos governos e do legislativo, confronto aberto com a polícia (TATAGIBA, 2014, p. 55).

1.2 DA PARCIALIDADE APRESENTADA PELOS ESTUDOS SOBRE 2013

As produções apresentadas certamente nos oferecerem valiosos pontos de apoio, tanto empíricos quanto teóricos para refletirmos sobre as manifestações de 2013 no Brasil. Por outro lado, apresentam certa cautela no exame do fenômeno, principalmente do ponto de vista teórico. Sem dúvida certa reserva é necessária. Possivelmente tal postura deva-se ao fato de se tratar de algo novo. E mais do que isso, a rigor trata-se de uma figura social ainda em processo de criação. E, até o momento, os cientistas sociais estão tendo dificuldades de apreendê-la e compreendê-la, dada a sua complexidade. Resta que a compreensão do fenômeno além de precária é parcial.

O certo é que a parte já observável da figura social nascente é por si só algo novo, inédito. Assim sendo, provavelmente, a cautela acentuada esteja relacionada ao fato de que os instrumentos conceituais tradicionalmente utilizados pelos estudiosos, apresentem, ante o novo fenômeno, eficácia analítica reduzida. Não podemos ignorar que a forja dos conceitos ocorre sempre situada no espaço e no tempo, na história e na sociedade. Conseqüentemente, os conceitos são eles próprios criados através de

condensações espaço-temporais, e serão mais ou menos eficazes dependendo do contexto sócio-histórico no qual o fenômeno estudado está plasmado.

Logo, surge o imperativo de se debruçar sobre as ferramentas teórico-analíticas para a realização de reparos, readequações ou mesmo para o forjamento de novas ferramentas mais apropriadas para a compreensão do novo fenômeno. Em realidade, o que se verifica no campo sociológico dedicado ao estudo de movimentos sociais é exatamente o dar-se conta da existência de um acentuado desajuste entre os conceitos tradicionalmente utilizados para a compreensão de fenômenos similares a 2013 e as manifestações de 2013 em si. Por isso, não raro, algumas produções sociológicas sobre 2013 reservam um espaço considerável para discussões dedicadas a adequações conceituais. Casos notáveis são, por exemplo, Gohn (2016) e Scherer-Warren (2014), anteriormente apresentados.

Também concorre pesadamente para a cautela demonstrada pelos estudiosos do campo o fato de ser um fenômeno recentíssimo do ponto de vista histórico, certamente ainda desdobrando-se de diferentes formas no tempo atual, cujo primeiro epicentro foi o ano de 2013. Não tendo ainda, portanto, o distanciamento histórico requerível para a elaboração de um exame sociológico sistemático e exaustivo.

Talvez resida nessas duas questões – readequação conceitual e distanciamento temporal – parte significativa da explicação para que não se tenha produzido ainda nenhum estudo sistemático sobre as manifestações de 2013. Predominam reflexões acerca do fenômeno sob a forma de artigos. Ou seja, estudos importantes, relevantes, mas sem o folego teórico e o lastro empírico necessário para a apreensão e compreensão global da constelação de elementos simbólicos e materiais imbricados no fenômeno. Desde já registramos que tão pouco o presente trabalho se prestará a produzir um estudo desta natureza. Nossa principal contribuição será a utilização de um referencial teórico heterodoxo para o exame das manifestações de 2013.

1.3 DELIMITAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL E EMPÍRICA

O presente trabalho é orientado pelo seguinte problema: Como a esperança, entendida enquanto pulsão primordial do Ser para a ação, se expressa em mobilizações políticas coletivas? Desse problema deriva-se o seguinte objetivo geral: Investigar a importância da *esperança* para as manifestações políticas coletivas deflagradas entre os meses de janeiro e julho de 2013 na cidade de Porto Alegre.

Nossos objetivos específicos são: Refletir teoricamente, a partir de Ernst Bloch, a respeito da importância da *esperança* para a criação e manutenção de um movimento social e ou protestos, mobilizações, manifestações; Investigar a importância da *esperança* na eclosão e estruturação dos protestos de rua ocorridos em Porto Alegre no ano de 2013; Perscrutar as implicações existentes entre a *esperança*, as manifestações de 2013 e a institucionalidade.

As dificuldades implicadas no estudo das manifestações intempestivas de 2013 aplicam-se também a esse trabalho. Quanto ao curto distanciamento temporal do fenômeno não temos o que fazer. Porém, buscaremos inovações, principalmente, de ordem teórica para o estudo de nosso objeto. Desta forma, nosso trabalho possui uma natureza teoricamente experimental e empiricamente exploratória.

Teoricamente experimental porque vamos ao campo da teoria social, intersecção entre a filosofia e as ciências sociais para nos munir de ferramentas que julgamos fecundas para a pesquisa sociológica. Como todo experimento, é bem provável que tenha imperfeições e inadequações. Por outro lado, é bem provável também que contribua no sentido de abrir novas janelas que possibilitarão olhar os objetos, aqui especificamente as manifestações de 2013, por outros ângulos e, assim, produzir novas interpretações.

Para realizar elucidações sobre as manifestações de 2013, lançando luz sobre aspectos ainda obscurecidos do fenômeno, nos valeremos do arcabouço teórico oferecido por Ernst Bloch. Certamente um arcabouço não tradicional e nem usual no campo de estudos de movimentos sociais, ações coletivas e manifestações.

Bloch enquadra a esperança como o elemento ontológico essencial e primordial para a existência humana e para a estruturação do mundo sócio-histórico em que se vive. A esperança em sua obra é o princípio, é o ponto arquimediano sobre o qual a vida humana se estrutura. Bloch realiza a fundamentação teórica dessa tese em sua *magnum opus*, “Princípio Esperança”. É a essa obra que recorreremos para elaborar um referencial teórico-conceitual a ser aplicado ao estudo das multitudinárias manifestações de 2013. Consideramos ser sociologicamente relevante tal proposta teórica porque a importância da esperança para os movimentos sociais, manifestações, mobilizações ainda não foi sistematicamente investigada.

Do ponto de vista empírico, o presente trabalho é exploratório porque é fruto de uma aproximação introdutória ao objeto estudado. Realizaremos a análise das manifestações ocorridas em Porto Alegre no ano de 2013 utilizando registros fotográficos profissionais do evento que estão disponíveis pública e gratuitamente em sites na internet.

No escopo desse trabalho faremos uso da fotografia de duas formas: enquanto documento que a um só tempo nos fornece elementos para análise e também funciona enquanto imagem ilustrativa corroborativa de nossos argumentos, forma de utilização bastante difundida nas ciências sociais, mas criticada por José de Souza Martins (2009, p. 153) em função de este tipo de uso da fotografia estar contido pela “camisa de força positivista”; e o outro uso será de cunho interpretativo, em que interpretaremos a fotografia enquanto suporte através do qual o imaginário implicado no fenômeno e na sociedade em geral se expressa faticamente. No segundo caso, faremos uso da fotografia a partir da sociologia da imagem tal como proposta por Martins:

Minha tendência, portanto, é a de, numa primeira interpretação, ver na composição fotográfica, profissional ou popular, a presença de conteúdos impressionistas essenciais à interpretação sociológica da fotografia, como documento que é de um imaginário que não pode ser tratado como desprovido de intenções estéticas e de linguagens não documentais (MARTINS, 2009, p. 169).

1.4 A MULTIDÃO EM MOVIMENTO

Primeiramente resgatamos um ensinamento fundamental de Geertz (1989, p. 16): “o *locus* de estudo não é o objeto de estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam *nas* aldeias”. Queremos com isso dizer que a nossa investigação acerca das manifestações em Porto Alegre é, em realidade, um estudo de caso cujo objetivo é compreender um pouco mais sobre as manifestações ocorridas no Brasil no ano de 2013, ou seja, Porto Alegre é o nosso “*locus* de estudo” e não o “objeto de estudo”.

Do ponto de vista sociológico é importante fazer um esclarecimento conceitual a respeito do caráter das manifestações de 2013. A preocupação em delimitar se 2013 foi um *movimento de massas* ou de *multidão*, de uma forma ou de outra, está presente em quase todas as produções que versam sobre o evento. As produções que não se preocupam com isso apresentam ambiguidades por referirem-se às manifestações ora como “massa”, ora como “multidão” (TATAGIBA, 2014; ANTUNES; BRAGA, 2014; SINGER, 2013), sem nunca delimitar o caráter das manifestações. Cremos tratar-se de uma questão central para se produzir qualquer conhecimento consistente sobre as manifestações de 2013. Pois o estudioso depende dessa delimitação conceitual para produzir um alicerce consistente, capaz de sustentar o seu edifício compreensivo ou explicativo a respeito do fenômeno.

Tal questão é encarada de frente, pelo menos em dois estudos a que tivemos acesso, por Scherer-Warren (2014) e por Gohn (2016). Em toda parte e, por conseguinte, também em Porto Alegre, as manifestações tiveram, em nosso entendimento, um caráter de *movimento de multidão*¹. Porque a sociabilidade que se estabeleceu nas ruas foi da “singularidade somada à cooperação, ao reconhecimento da diferença e do benefício de uma relação comum” (HARDY; NEGRI *apud* SCHERER-WARREN, 2014, p. 419).

Todavia, ocorreram diversos conflitos decorrentes da pluralidade de concepções ideológicas que dividiam simultaneamente a mesma rua. A dinâmica dos protestos era marcada pela fluidez, horizontalidade, heterogeneidade política e subjetiva, não existia uma voz pública uníssona canalizando e comunicando as reivindicações e não se contava com um núcleo central de comando, pois era negada qualquer figura de liderança pessoalizada.

Pensamos que os movimentos-manifestações intempestivos que irrompem na segunda década do século XXI, englobando as manifestações de 2013 no Brasil, em hipótese alguma podem ser enquadrados como *movimento de massas* ou ainda “manifestação de massa” ou “massas nas ruas” (TATAGIBA, 2014) – disciplinadas, verticalizadas e submetidas a um poder centralizado – como, em geral, organizam-se os movimentos sociais tradicionais, partidos políticos, sindicatos.

O mais apropriado, cremos, seja pensá-los enquanto *movimento de multidão*, indo ao encontro do entendimento de Scherer-Warren (2014) e Gohn (2016). A multidão não é governável, em hipótese alguma é heteronomamente dirigível. Ela se autogoverna, ela se autodirige (não interessa se precariamente), imperam formas autônomas, portanto, horizontais de organização do poder. Com a multidão é possível dialogar horizontalmente, pois é assim que ela dialoga internamente. A multidão se agrupa, se fragmenta e se dissolve muito rapidamente. É instável, imprevisível e explosiva.

De qualquer modo, isso não significa que as manifestações não fossem previamente planejadas. Em geral, se construía instâncias organizativas que, por exemplo, promoviam assembleias abertas para a deliberação sobre data e local das manifestações, sobre trajeto, mobilização de recursos infraestruturais para a “agitação” das manifestações (charanga, carros de som, faixas, etc.), deliberação para a criação de

¹ Para o texto não se tornar repetitivo iremos nos referir no presente trabalho às manifestações de 2013 de diferentes formas: manifestações multitudinárias, manifestações, mobilizações, mobilizações multitudinárias, protestos. Mas todos os termos são utilizados enquanto sinônimos de *movimento de multidão*.

comissões (como, por exemplo, comissão de autodefesa, comunicação, assistência jurídica, etc.), construção de pautas reivindicatórias, criação de eventos nas redes sociais virtuais convidando a comunidade em geral para os atos, etc. Mas tudo gerido pelo princípio da horizontalidade.

Essa instância organizativa podia ser tanto um grupo político organizado específico, quanto a junção de vários desses grupos conjuntamente com sujeitos sem filiação a nenhum grupo político. Por exemplo, em São Paulo a principal instância organizativa e mobilizadora foi o Movimento Passe Livre (SCHERER-WARREN, 2014). Em Porto Alegre foi o Bloco de Luta pelo Transporte Público. O primeiro, como o próprio nome sugere, é um movimento. Já o Bloco de Luta, era composto por vários grupos políticos (partidos políticos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais, grupos políticos marxistas e anarquistas) bem como por sujeitos avulsos.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, fazemos a introdução ao nosso objeto de estudos – as manifestações de 2013 em Porto Alegre – apresentamos alguns estudos produzidos sobre o fenômeno e formulamos os recortes teóricos e empíricos do estudo.

No segundo capítulo, mobilizamos alguns conceitos contidos na obra *O Princípio Esperança* do filósofo Ernst Bloch e elegemos Axel Honneth como interlocutor privilegiado para produzir reflexões de ordem teórica sobre movimentos sociais. Buscamos lançar luz sobre a importância da *esperança*, entendida enquanto autoafeto, tal como fundamenta Bloch, para a estruturação dos movimentos sociais e ações políticas coletivas em geral.

No terceiro capítulo, trazemos à tona a importância da *esperança* enquanto elemento motivador dos manifestantes e estruturante das manifestações multitudinárias ocorridas no ano de 2013 em Porto Alegre. Analisamos registros fotográficos do fenômeno procurando identificar como ocorreu a cristalização da esperança na realidade fática à luz dos seguintes conceitos: *afetos expectantes*, *sonhos diurnos*, *utopias concretas*. Também investigamos, a partir dos conceitos de *front* e *novum* (BLOCH, 2005), a relação existente entre *esperança* e elementos estruturais e institucionais da sociedade. Com isso, buscamos lançar um olhar em paralaxe para as manifestações de

2013, procurando captar uma parte da polifonia das ruas naquele momento expressa, sobretudo, em forma de afecções.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E *O PRINCÍPIO ESPERANÇA*

O pensamento está sempre à frente. Ele vê muito longe, mais longe do que o corpo que está no presente. Suprimir a esperança é restituir o pensamento ao corpo. E o corpo deve apodrecer.

Albert Camus

Realizaremos a seguir uma reflexão sobre a importância da esperança para os movimentos sociais. Embora a esperança seja uma faceta subterrânea dos movimentos sociais, defendemos que ela é o princípio, o ponto arquimédico que sustenta e dá vida ao movimento social.

Em geral, a esperança é, quando muito, mencionada de forma rápida e ou indireta por algumas literaturas dedicadas ao estudo de movimentos sociais, tanto em nível empírico quanto teórico. E, quando mencionada, é quase sempre como um elemento secundário, mágico, irracional ou pré-racional. Ainda não encontramos nenhuma reflexão que se detenha específica e exaustivamente na discussão sobre o imbricamento entre esperança e movimentos sociais. O que é curioso, tendo em vista que os movimentos sociais são organizações em que os indivíduos coletivamente buscam por algo que ainda não-é, ainda não existe e cujo o desejo é concretizar na realidade.

Desde o início há, nos movimentos sociais, uma visceral vinculação com o futuro através de projeções, desejos, expectativas de fazer ser o que ainda não existe, e esse é o principal combustível que coloca o movimento em movimento. Portanto, é possível afirmar que não se faz movimento social sem esperança. Logo, estudar movimentos sociais, teorizar os movimentos sociais, sem ter em conta a variável esperança, nos parece problemático. Nesse sentido, nosso objetivo nesse capítulo é realizar uma reflexão teórica introdutória acerca da importância da esperança para os movimentos sociais. Para tal empresa reflexiva elegemos como principal referencial teórico o filósofo Ernst Bloch, especificamente sua *magnum opus*, *O Princípio Esperança*, e elegemos Axel Honneth como interlocutor privilegiado.

2.1 AFINIDADES ELETIVAS: AXEL HONNETH E ERNST BLOCH

Para a nossa proposta entendemos ser promissor estabelecer um diálogo mediador entre Ernst Bloch e Axel Honneth antes de introduzir o repertório conceitual blochiano na reflexão sobre os movimentos sociais. Cremos que entre esses dois autores, cujas

produções estão separadas por algumas décadas, existam afinidades eletivas. Em certa medida, isso pode parecer algo improvável, uma vez que Bloch está situado na primeira geração da Escola de Frankfurt, ainda muito ligado ao marxismo, e Honneth pertence e é o principal expoente contemporâneo da Teoria Crítica, sem dúvida, herdeira da Escola de Frankfurt, porém, já bastante distante do materialismo-dialético.

Conforme Michael Löwy (1989, p. 17), existem pelo menos quatro níveis ou graus de afinidade eletiva², para o nosso objetivo, que aqui é apurar a origem da afinidade entre Bloch e Honneth, interessa-nos apenas o primeiro. Sobre ele, Löwy diz o seguinte: “o primeiro [nível] é *afinidade* pura e simples, o parentesco espiritual, [...] *a correspondência*. [...] É importante sublinhar que a *correspondência* (ou afinidade) é uma *analogia ainda estática*, que cria a *possibilidade* mas não a *necessidade* de uma convergência ativa”. Entendemos que a afinidade existente entre Honneth e Bloch, que se expressa através da importância que conferem, cada qual ao seu modo, aos afetos expectantes (como será demonstrado a seguir), deriva de um outro autor importante e influente para o pensamento de ambos: Hegel³. Ou seja, há uma *correspondência*, uma *afinidade* entre Honneth e Bloch produzida por um terceiro elemento que é o elo entre os dois. Com isso, queremos apenas demonstrar que a afinidade entre eles não é fruto de mera coincidência, há um nexos. Vejamos agora qual a natureza dessa proximidade entre eles.

Sobottka (2015) indica que Hegel é uma referência fundamental para Honneth, assim como notoriamente também é importante para Bloch. Nesse sentido, as palavras de Bloch sobre Hegel nos são elucidativas para entender a importância dos afetos tanto para o próprio Bloch quanto para Honneth:

Não há livro que, em seu procedimento conceitual, esteja mais perpassado por inquietações e noções afetivas que a *Fenomenologia do espírito*. Isto exatamente por causa da liquidação do peitoral não mundano, que quis tomar o ‘pulso da vitalidade’ sobretudo externo, no mundo. E com Hegel, nada de grandioso foi realizado sem paixão, sem dúvida nada de grandioso que se refira ao si-mesmo pode ser compreendido sem a noção afetiva (BLOCH, 2005, p. 75).

Nessa citação Bloch chama a atenção para a importância que Hegel atribui aos afetos, conseqüentemente, ao que tudo indica, isso influenciou tanto Honneth quanto o

² Ver mais em: Löwy, 1989.

³ Aqui considerando nossa aproximação de interpretações hegelianas de esquerda, é pertinente para aprofundar a discussão a respeito da influência de Hegel sobre o pensamento de Bloch e Honneth recorrer as discussões teóricas da Teologia da Libertação, por exemplo: Löwy, 1991; Oliveira, 2016.

próprio Bloch, guardadas as diferenças, evidentemente. Bloch dedicou uma extensa obra para a discussão do significado e importância dos afetos expectantes, do futuro, da *esperança* para o Ser, defendendo a tese de que o elemento ontológico primeiro e primordial do Ser, o princípio, é a esperança, a espera produtiva, o ser-que-ainda-não-é e que está sempre em busca de sua realização (BLOCH, 2005). Já para Honneth, a *expectativa* de reconhecimento frustrada, ou seja, o bloqueio de uma coisa expectada, esperada, desempenha o importante papel, em sua teoria, de colocar os indivíduos em movimento, em luta por reconhecimento.

Como estamos argumentando que a afinidade entre Bloch e Honneth deriva de Hegel e que isso se reflete na importância que esses autores conferem aos afetos expectantes, talvez seja pertinente resgatar a origem dessa palavra. Ela vem do latim *expectatum* e significa exatamente: “1) Ato ou efeito de esperar; 2) Esperança baseada em supostos direitos, probabilidades, pressupostos ou promessas; 3) Ação ou atitude de esperar algo ou por alguém, observando” (DICIONÁRIO..., 2016). *Expectativa* é, portanto, um afeto voltado para o futuro, é a espera pela realização de algo desejado.

A esperança para Bloch não é espera passiva, mas antes é ativa. Ela é potência que coloca o Ser em movimento na direção da consecução do objeto de seus afetos expectantes, é a transformação da potência em ato. E o que aproxima Honneth de Bloch é justamente o seu entendimento de que a frustração de *expectativas* de reconhecimento, decorrente de diferentes formas de desrespeito, está intimamente ligada, muitas vezes, à criação de um movimento social.

Evidencia-se que o cerne do entendimento de Honneth a respeito da origem dos movimentos sociais, isto é, *expectativas* de reconhecimento frustradas, está intimamente ligado ao futuro, à espera, à esperança dos indivíduos em terem suas *expectativas* de reconhecimento atendidas. Para Honneth as *expectativas* de reconhecimento podem ser frustradas em função de três formas de desrespeito que ocorrem em três esferas da vida: na esfera do amor, o desrespeito correspondente é o da violação, maus tratos; na esfera do direito, o indivíduo é privado de direitos; e na esfera da solidariedade/realizações, o desrespeito correspondente é o da degradação moral/injúria (SOBOTTKA, 2015).

Conforme Sobottka (2015, p. 129), as situações de desrespeito, de frustração de *expectativas* legítimas de reconhecimento geram no sujeito a “percepção de injustiça”, que é sempre uma “experiência pessoal, individual”. Disso pode resultar mobilizações para a resistência, isto é, podendo levar à eclosão de um movimento social. Ernst Bloch, por sua vez, vai ao encontro de Honneth e fortalece sua tese sobre a origem dos

movimentos sociais ao postular o seguinte acerca da importância da espera, da esperança para o ser humano:

O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso. A espera, colocada acima do ato de temer, não é passiva como este, tão pouco está trancafiada em nada. O afeto da espera sai de si mesmo, ampliando as pessoas, em vez de estreitá-las: ele nem consegue saber o bastante sobre o que anteriormente as faz dirigirem-se para um alvo (BLOCH, 2005, p. 75).

O que nos interessa frisar em Honneth é que, de certa forma, ele lançou luz sobre a importância das *expectativas*, projeções voltadas para o futuro, ao indicar que a luta por reconhecimento é desencadeada pelo “sentimento de injustiça” decorrente de *expectativas* de reconhecimento frustradas. Para esse estudioso não se trata, em um primeiro momento, do sujeito possuir uma consciência de injustiça informada por um critério racionalizado de justiça. O processo origina-se primeiro em um estrato ontológico mais primário, tudo aflora inicialmente como um sentimento, como afecção, como afeto.

Queremos com isso demonstrar que embora as projeções de futuro dos sujeitos, suas *expectativas*, não sejam o foco central do pensamento de Honneth, sem dúvida é um elemento de primeira relevância em sua arquitetura teórica. Possibilitando-lhe captar sensivelmente a dinâmica da efetividade social. A teoria do reconhecimento honnethiana compõe e conjuga afeto e racionalidade, exatamente nessa ordem. Não por acaso, o desrespeito é primeiro sentido pelo sujeito sob a forma de “sentimento de injustiça”, “percepção de injustiça” (SOBOTKA, 2015), ou seja, sob a forma de afeto.

Honneth permite-nos fazer duas observações sobre a incidência da esperança e dos afetos nos movimentos sociais: primeiro, o que alimenta os movimentos sociais é a *esperança* de produzir inter-relações pautadas pelo reconhecimento recíproco; segundo, os indivíduos alvos do desrespeito relacionam-se com ele através de afecções, são afetados, sentem que são afetados, e somente depois disso pode transforma-se em uma elaboração racionalizada, principalmente se organizados em um movimento social, onde criam-se espaços privilegiados para a elaboração coletiva do desrespeito sofrido.

Como até aqui apenas fizemos menção a algumas categorias blochianas – *afetos expectantes, espera, esperança* – faz-se necessário apresentar de forma sistemática as categorias que consideramos pertinentes e fecundas do pensamento de Bloch e que podem ser úteis para pensar os movimentos sociais. Após, esboçaremos alguns tópicos de interpretação de movimento social à luz dessas categorias e sempre que pertinente retomamos o diálogo com Honneth.

2.2 A ONTOLOGIA DO AINDA-NÃO: PULSÃO, FOME, AFETOS EXPECTANTES, ESPERANÇA, UTOPIA CONCRETA E MOVIMENTO SOCIAL

Iniciaremos a exposição pela distinção que Bloch faz entre *afetos plenificados* e *afetos expectantes*. Por afetos o autor entende as pulsões que brotam direta e indiretamente da fome. A fome é o ponto arquimediano sob o qual ele levanta seu edifício teórico, é o ponto de referência que lhe permite conectar o sujeito concretamente com a realidade. Ele entende, por exemplo, que é possível não desfrutar do amor por certo período, mas sem se alimentar não é possível resistir por muito tempo. Portanto, o autor entende a fome enquanto a pulsão mais elementar e confiável (mais que a libido freudiana), pois ela é o impulso por autopreservação que universalmente afeta o ser humano. Nas palavras do próprio Bloch (2005, p. 68):

O desempregado que está sucumbindo, que há dias nada comeu, realmente foi levado à situação de necessidade mais antiga da nossa existência e a torna visível. A comiseração por quem está morrendo de fome, de qualquer maneira, é a única difundida, até mesmo a única possível em termos mais amplos. A moça e até mesmo o homem que anseia por amor não provocam compaixão. Em contraposição, a queixa da fome é de fato a mais forte, a única que pode ser apresentada sem rodeios. À desgraça do faminto é dado crédito. Ao revés, até mesmo quem está passando frio, até mesmo o doente, mais ainda o doente de amor dão a impressão de viverem no luxo. Até a dona-de-casa mais insensível eventualmente esquece o rancor de sua avareza quando o mendigo toma a sopa recebida por caridade. Já aqui, nessa forma de comiseração habitual, ficam evidentes a privação e o desejar que está ligado a ela. O estômago é a primeira lâmpada na qual deve ser derramado o óleo. Seu anseio é preciso, sua pulsão tão inevitável que nem mesmo pode ser recalcada por muito tempo.

Por outro lado, “autopreservação” em Bloch não se resume a suprir as necessidades básicas mais primárias, notadamente, a fome, mas outras se desdobram a partir dela acompanhando as transformações sócio-históricas, “assim, autopreservação significa, em última instância, o apetite de proporcionar condições mais adequadas e apropriadas ao nosso si-mesmo a desdobrar-se, este si-mesmo que começa a se construir por meio da solidariedade e enquanto solidariedade” (BLOCH, 2005, p. 72). Aqui nota-se que o autor indica a existência de interdependência do sujeito para com os demais, para com a comunidade na qual ele está inserido. E essa conexão social inicia-se com o que há de mais primário, o instinto de autopreservação.

Retomemos a questão dos afetos. Para o autor, *afetos plenificados* “(como inveja, ganância e veneração) são os que possuem uma intenção pulsional de curto alcance, cujo

objeto pulsional está disponível – se não na respectiva acessibilidade individual, então no mundo já ao alcance da mão”. Para Bloch, *afetos expectantes*, “(como angústia, medo, esperança e fé), em contrapartida, são os que possuem uma intenção pulsional de amplo alcance, cujo objeto pulsional não está disponível na respectiva acessibilidade individual e tampouco no mundo ao alcance da mão, tendo lugar, assim, anda na dúvida de sua finalização ou de ocorrência” (BLOCH, 2005, p. 76-77).

Interessa-nos, no escopo desse trabalho, como também para Bloch, os *afetos expectantes*. Pois, o medo e a angústia são imobilizadores, inibidores e conduzem à passividade, para o nada, para a autodestruição. A esperança, por outro lado, é antípoda dos afetos paralisantes, é um autoafeto, “*é a mais humana de todas as emoções e acessível apenas a seres humanos. Ela tem como referência, ao mesmo tempo, o horizonte mais amplo e mais claro*. Ela representa aquele *appetitus* no ânimo que não só o sujeito tem, mas no qual ele ainda consiste essencialmente, como sujeito não plenificado” (BLOCH, 2005, p. 77).

Para Bloch, como já explicitado, a fome é a pulsão central, a mais importante. Dela derivam os afetos, em especial os expectantes. Isso ocorre porque a autopreservação transmuta-se em auto-expansão, pois a fome não pode crescer infinitamente. Caso isso ocorra, não resta ao ser humano outra coisa senão buscar alterar, superar a situação geradora da privação, sob risco de morte. Ou seja, trata-se aqui do impulso para o ainda-não, para o futuro melhor em suspenso. Começam a se desenvolver os *afetos expectantes*, que são, por sua própria natureza, de longo alcance, cuja realização não depende unicamente do ser individual, mas é por ele projetado, desejado. E é esse processo que faz com que os sujeitos projetem “sonhos diurnos”.

Bloch demonstra que a capacidade imaginativa do ser humano de projetar uma situação diferente da real e imediatamente vivida, de transcender o que está “ao alcance da mão” através de uma consciência antecipatória, é o que dá vida aos *sonhos diurnos* (BLOCH, 2005, p. 78). E, os *sonhos diurnos*, por conseguinte, resultam imaginados sempre em decorrência de carências, privações vividas, as quais os sujeitos querem superar: “*todos eles são sonhos de uma vida melhor*” (BLOCH, 2005, p. 79). O sonho diurno “*diferentemente do sonho noturno [...] desenha no ar repetíveis vultos de livre escolha, e pode se entusiasmar e delirar, mas também ponderar e planejar [...] ele persegue ideias políticas, artísticas, científicas*”, o sonho acordado, assevera Bloch, “*pode proporcionar ideias que não pedem interpretação, e sim elaboração*” (BLOCH, 2005, p. 88).

Citaremos as quatro características centrais do sonho diurno elencadas por Bloch:

[1] é próprio do sonho acordado não ser opressivo. Ele está no poder: o eu dá a partida para uma viagem ao léu e a suspende quando quer. Por mais relaxado que o sonhador esteja neste caso, ele não é arrastado e dominado por suas imagens, elas não são autônomas o suficiente para isso; [2] Em Freud, como se há de lembrar, o eu do sonho noturno permanece presente apenas na medida em que obriga as realizações alucinadas do desejo a se disfarçarem diante do seu olhar – desse modo, ele exerce uma censura moral, ainda que com lacunas. O eu do sonho desperto, em contrapartida, não foi destituído, nem exerce qualquer censura sobre os conteúdos frequentemente não convencionais do seu desejo. Ao contrário: nele, a censura não está apenas debilitada e cheia de lacunas, como no sonho noturno, mas cessa totalmente, apesar da grande resistência do eu do sonho diurno e justamente por causa dela. Cessa justamente por causa do ideal desejante que o próprio eu do sonho diurno assume e reforça, ou pelo menos aprimora. Sonhos diurnos, portanto, não dispõem de qualquer tipo de censura imposta por um ego moral, como acontece com o sonho noturno. Ao contrário: o seu ego utopicamente sobreexaltado edifica a si mesmo e seu castelo no ar num azul muitas vezes surpreendentemente leve. [3] O eu do sonho desperto pode se expandir a ponto de representar os outros. Desse modo, chegamos ao terceiro ponto que diferencia sonhos diurnos e noturnos: a amplitude humana. Quem dorme está sozinho com seus tesouros, mas o ego de quem devaneia pode se reportar aos demais. Assim, se o eu abandona a introversão ou o relacionamento tão-só com o entorno mais imediato, o seu sonho diurno visa à melhoria pública. Mas os sonhos de natureza individual enquadrados nesse tipo se debruçam sobre a vida interior apenas por pretenderem melhorá-la em conjunto com outros egos, sobretudo ao se municiarem para tanto com o material de um exterior sonhado como perfeição; [4] Em quarto lugar, o sonho desperto, ou seja, aberto para o mundo, sabe não se abster. Ele se recusa a se saciar ficticiamente ou ainda espiritualizar desejos. A fantasia diurna, assim como o sonho noturno, tem os desejos como ponto de partida, mas vai com eles até o fim, quer chegar ao lugar da realização” (BLOCH, 2005, p. 89-97).

Para que o sonho diurno (a projeção imaginada de uma vida melhor, a esperança) possa postular sua realização no mundo, ele precisa ser mediado e estruturado, quando isso ocorre o sonho transmuta-se em *utopia concreta*. Bloch indica que esse processo é capaz de acontecer porque: em primeiro lugar, “o ser humano fabula desejos: é capaz disso e em si mesmo encontra material suficiente, mesmo que nem sempre seja do melhor, do mais durável [...] somente o ser humano entra em efervescência utópica”; em segundo lugar,

nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo estivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados. No lugar deles há apenas processos, ou seja, relações dinâmicas, nas quais o existente dado ainda não é completamente vitorioso. O real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível (BLOCH, 2005, p. 194).

E é desse imbricamento entre o eu e o mundo, ambos inconclusos, incompletos, indeterminados, ainda-não-realizados, que irrompe a possibilidade de os sonhos deixarem

a “mera efervescência no círculo interior da consciência” (BLOCH, 2005, p. 195). O real não sendo estanque abre-se para distintas possibilidades de configurações mantendo-se perenemente em aberto. E aqui entra em cena o que Bloch chama de “realmente possível”, isto é, “tudo aquilo cujas condições ainda não estão integralmente reunidas na esfera do *próprio objeto*, seja porque elas ainda estão amadurecendo, seja sobretudo porque novas condições – ainda que mediadas pelo existente – concorrem para a ocorrência de um novo real (BLOCH, 2005, p. 195). Assim o autor fundamenta as condições para promover o sonho ao status de utopia, ou seja, coloca as condições necessárias para o sonho sair da cabeça e ganhar o mundo enquanto possibilidade real de alterá-lo, postula Bloch:

a partir daí pode ser afirmado que o realmente possível da *novidade mediada*, ou seja, mediada em termos dialéticos-materialistas, confere à fantasia utópica o seu *segundo correlato*, o *correlato concreto* situado fora de um mero fomentar, de uma mera efervescência no círculo interior da consciência. E enquanto a realidade não for completamente determinada, enquanto ela contiver possibilidades inconclusas em novas germinações e novos espaços de conformação, enquanto for assim, não poderá proceder da realidade meramente fática qualquer objeção absoluta contra a utopia. Poderá haver objeções contra utopias malfeitas, isto é, contra aquelas que divagam abstratamente, incorretamente mediadas. Contudo, exatamente a utopia concreta tem na realidade do processo um correspondente: o do *novum* mediado. Somente essa realidade do processo e não uma facticidade absolutizada e reificada, arrancada de dentro da realidade, pode formular um juízo a respeito dos sonhos utópicos ou rebaixá-los a mera ilusão (BLOCH, 2005, p. 195).

Podemos entender a “utopia concreta” enquanto o núcleo em torno do qual as pessoas se agregam e, a partir disso, torna-se possível o surgimento de um movimento social, por exemplo. Nesse caso, é possível pensar, a partir do anteriormente exposto, que o movimento social seja uma ferramenta criada pelos sujeitos que compartilham dos mesmos sonhos e desejos para efetivá-los na realidade social. Assim, os sonhos diurnos, após passarem por distintas mediações no mundo instituído, podem ganhar concretude e transmutarem-se em “utopia concreta”, tornam-se em um ainda-não-realizado sistematizado e que agora conta com sujeitos motivados a realizá-lo, coletivamente organizados e que possuem ferramentas para viabilizar essa realização.

Porém, só é possível realizar esse ainda-não-realizado e desejado, imaginado e racionalizado, de forma coletiva. Como já demonstrado, a *utopia concreta* deriva de um *afeto expectante* que, por sua vez, dá vida aos *sonhos diurnos*, e esses são de longo alcance, cuja potencialidade de realização transcende a capacidade individual, requerendo o outro, demandando solidariedade e, portanto, são também públicos, vinculantes. E todas essas características são transmitidas para a *utopia concreta*.

É coerente pensar, por conseguinte, que uma das sínteses possíveis desse processo seja a criação de um movimento social para servir de meio, de ferramenta para a realização do sonho diurno que ganha concretude e então passa a ser sonhado coletivamente, torna-se utopia concreta. E, assim, passa a ser uma possibilidade real de transformação do mundo.

2.3 ESBOÇO DE CRÍTICA À NEGLIGÊNCIA DA ESPERANÇA NAS TEORIAS TRADICIONAIS DE MOVIMENTO SOCIAL

Entendemos que se abre uma margem permitindo-nos fazer uma observação crítica sobre as teorias de movimento social que partem de um indivíduo (individual e ou coletivo) racionalmente motivado sempre afeito a fazer escolhas menos dispendiosas para maximizar seus benefícios. Evidenciando-se que o ponto de sustentação desse tipo de abordagem é o quimérico *homo economicus*, praticamente uma calculadora ambulante. Somente encontrável nas próprias páginas das teorias que o inventaram.

Tal concepção de ser humano racionalmente motivado (por racionalmente motivado entenda-se: egoisticamente orientado na busca pela maximização de seus benefícios) é encontrada, sobretudo, na Teoria de Mobilização de Recursos. É evidente que o sujeito e ou o movimento faz escolhas e reflete, racionaliza sobre as estratégias mais adequadas para a consecução de seus objetivos. Porém, o processo não começa aí. Fica evidente, pensado a partir dos termos colocados por Bloch, que tudo tem início em uma pulsão, a fome, da qual derivam-se afecções, dos afetos relampejam imagens de uma vida melhor, dessas imagens sonhos acordados são projetados e esse sonhos, por sua vez, receberão o acabamento, serão polidos e examinados quanto à sua exequibilidade pelo escrutínio da razão e das possibilidades sócio-históricas da sociedade instituída (CASTORIADIS, 2010).

Em nosso entender, evidencia-se que essas teorias logicistas instrumentais negligenciam uma dimensão dos sujeitos e dos movimentos sociais que é importante, que precede o momento ou a dimensão que elas tomam como o todo do fenômeno, a dizer, os afetos. Inclusive ignoram que a matéria-prima das racionalizações são os afetos, elementos não racionais. Em outras palavras, os afetos são a razão de ser das ações racionalizadas, eles comunicam o porquê da ação, cujo fim é sempre a esperança de que as coisas mudem no sentido sonhado.

2.4 DAS CONDIÇÕES PARA O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL

Bloch defende a tese central de que a esperança é o princípio ontológico primordial da existência humana, ou seja, representa a permanente incompletude do ser e o coloca em constante movimento perseguindo a realização do que ele ainda-não-é. Se isso é real, e acreditamos que seja, significa que a esperança é um elemento universal e trans-histórico. Porém, o modo pelo qual a esperança se traduzirá em ação no sentido de buscar a persecução do objeto desejado, dependerá da relação dialética estabelecida entre o mundo social e o si-mesmo. Cada formação social, cada sociedade resulta sempre dessa interação. E em cada formação social a esperança será direcionada para objetos distintos, como também serão distintos os meios para a realização do objeto do desejo. Por exemplo, na Idade Média, a fé era o principal “afeto expectante”, e o desejo de uma vida melhor era extravasado através dela.

Por outro lado, no ocidente moderno, os meios para o ser humano realizar os objetos de sua esperança foram deslocados para ele mesmo, instituindo-se assim uma sociedade antropocêntrica. Inaugurou-se uma sociedade em que não há nada que não possa ser questionado, inclusive Deus. Como indica Castoriadis (2002), no ocidente moderno (também na Grécia antiga) o fechamento de sentido foi rompido e nenhuma fonte de sentido que não seja os próprios seres humanos é aceita. É também no ocidente moderno que ocorre a criação da “política: o questionamento das instituições estabelecidas”; e da “filosofia: o questionamento das *idola tribus*, das representações coletivas aceitas” (CASTORIADIS, 2002, p. 260). E dentro da esfera política destacamos a criação da democracia, regime político no qual, ao menos em princípio, o poder deriva do povo.

A sociedade ocidental moderna engendrou a necessidade da criação de estratégias e ferramentas específicas e antropocêntricas para dar vazão aos objetos da esperança. Eis que é no contexto social-histórico do ocidente moderno que surgem com vigor os movimentos sociais, caracterizando-se enquanto uma possível ferramenta para a realização dos objetos de desejo da esperança. Nesse caso, podemos entender que os movimentos sociais são as ferramentas, os meios de realização dos objetos da esperança que estão em maior sintonia com as promessas da modernidade, em especial com aquelas que versam sobre a autonomia dos sujeitos. Pois, para desenvolver-se autonomamente, para desenvolver autonomia, conforme explica Sobottka (2015) em seu estudo sobre a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, o sujeito moderno precisa ser reconhecido

em pelo menos três esferas, na esfera do amor, do direito e das realizações. Corresponde, quando o reconhecimento não é efetivado, a cada uma das esferas corresponde um tipo de desrespeito ou negação:

violação quando a integridade do corpo é desrespeitada; privação de direito quando são negados direitos que naquela coletividade foram incluídos no status de cidadania ou que correspondem a direitos reconhecidos pela comunidade internacional; e, por fim, degradação moral ou injúria quando a contribuição individual é menosprezada ou mesmo a dignidade pessoal é negada a ponto de que o indivíduo ou o grupo a que pertence não possa desenvolver uma estima positiva de si mesmo (SOBOTTKA, 2015, p.36).

E, como anteriormente registrado, é justamente a frustração das expectativas de reconhecimento e que desencadeiam as lutas sociais por reconhecimento, isto é, os movimentos sociais.

Importante registrar que a qualidade do conteúdo do objeto desejado pela esperança é sempre de uma vida melhor, porém a maneira com que isso se traduzirá em *utopias concretas*, projetados pelos movimentos sociais não está *a priori* determinado. Em outras palavras, entendemos que um movimento social não se caracteriza pela natureza do conteúdo da utopia perseguida (embora não haja movimento social sem algum objeto de esperança) e sim por questões estruturais, como indica Flickinger (2004, p. 17):

Ao meu ver, os indicadores estruturais aos quais recorreremos para qualificar os movimentos sociais deveriam ser considerados independentemente das implicações ideológicas de seus objetivos. A este respeito, sigo a diferenciação proposta por Rolf Schwendter, cuja Teoria da subcultura pleiteia em favor da distinção entre subculturas “progressivas” e “regressivas” (cf. Schwendter, 1979). Pois os movimentos sociais podem não apenas mostrar traços progressivos ou regressivos, mas assumir, em diferentes épocas históricas funções objetivas por vezes até mesmo opostas. Em nenhum destes casos, porém, perderiam o caráter de movimento social, na medida dada pela conceitualização sociológica. Por essas razões, concordo com a posição segundo a qual a orientação ideológica não deveria influenciar na decisão referente à função objetiva de um movimento.

2.5 ANGÚSTIA, ESPERANÇA E ORGANIZAÇÃO PARA A RESISTÊNCIA

Retornando a Honneth, somos impelidos a concordar condicionalmente com a tese de que as situações de desrespeito, especificamente a frustração de *expectativas* legítimas de reconhecimento nas sociedades modernas, podem gerar organização para resistir e lutar pelo reconhecimento negado (SOBOTTKA, 2015).

Bloch retoma Freud e descreve a classificação que esse faz dos três tipos de sonhos noturnos que são angustiantes, citamos apenas o primeiro que nos é pertinente para a discussão: “um sonho pode ser interrompido e então o estímulo doloroso continua persistindo: *a realização do desejo foi frustrada*” (BLOCH, 2005, p. 84). Bloch está chamando a atenção para o fato de Freud atribuir a origem da angústia quase que unicamente a questões libidinais do eu e ao sentimento de abandono em função da separação da mãe. Bloch, por sua vez, vai mais longe e indica que as relações sociais também causam angústia:

A angústia e seus sonhos até podem ter no processo do nascimento o seu primeiro agente causador, bem como na morte o seu último conteúdo biológico. Porém, onde a angústia ocorre de modo não só biológico, mas de um modo que pode ser constatado apenas em seres humanos, justamente como sonho angustiante, aí ela tem como base essencialmente os bloqueios *sociais* do impulso de autopreservação. De fato, *é a destruição do conteúdo do desejo, e mesmo a transformação deste conteúdo em seu contrário*, que produz a angústia e, por fim, o desespero (BLOCH, 2005, p. 87).

Resta seguro presumir que uma *expectativa* frustrada causa angústia, logo a *expectativa* de reconhecimento frustrada desencadeia um processo de angústia, no primeiro momento. A concordância com Honneth é condicional porque, à luz do pensamento de Bloch, não é crível que apenas a frustração de *expectativas* seja suficiente para justificar a organização dos indivíduos afetados para a resistência e para a ação. Afinal, a angústia, como antes visto, assim como o medo, gera imobilismo. Exatamente o contrário do estado de atividade requerido para organizar a resistência e a ação.

Ao mesmo tempo, a angústia é um *afeto expectante*, mas negativo. Embora tenda a gerar paralisia, espera por alguma coisa não realizada, é desejanse. De todo modo, somente a angústia é insuficiente para levar à resistência. Pensamos, por óbvio, que seja a *esperança* de transformação da situação geradora do desrespeito que impele para a resistência, que coloca os sujeitos em movimento e, em alguns casos, faz com que se organizem em movimentos sociais para resistir e propor a novidade desejada. Pois, como indica Bloch, a fome (aqui tomamos no sentido amplo do termo, fome biológica, cultural, social, estética, psíquica, etc.) em determinado grau não leva o sujeito unicamente a saciá-la, mas a transformar amplamente o quadro gerador.

A frustração de expectativas de reconhecimento recíproco pode levar os sujeitos afetados a organizarem-se coletivamente em movimentos sociais para lutarem pelo reconhecimento negado, e isso é fruto da esperança que estes possuem em transformar as circunstâncias gerativas do desrespeito. Porém, a frustração da expectativa pode resultar

ou em paralisia ou em movimento. Quando os sujeitos afetados por desrespeito são dominados pela angústia muito dificilmente conseguirão alterar a situação em que se encontram, principalmente se a paralisia gerada pela angústia for acompanhada pelo seu isolamento.

Por outro lado, quando o sujeito afetado pelo desrespeito consegue estabelecer conexão com outros também afetados pela mesma coisa, a angústia tende a ser sobreposta pela esperança. Nesse caso, condições privilegiadas para a criação de um movimento social são produzidas, pois a esperança é o único afeto capaz de motivar os sujeitos a colocarem-se organizada e coletivamente em movimento em busca da consecução do objeto desejado, que agora é um desejo compartilhado por uma coletividade que se motiva reciprocamente.

2.6 INTERSUBJETIVIDADE

Creemos que o compartilhamento dos *afetos expectantes*, das projeções de futuro, em uma única palavra, da esperança, seja um dos elementos fundamentais do emaranhado de fios invisíveis que conectam e agregam os sujeitos-militantes em um movimento social. Em outras palavras, entendemos que a *esperança* seja um dos principais elementos da conexão intersubjetiva dos sujeitos agrupados em um movimento social. Nesse caso, a intersubjetividade precisa ser entendida enquanto uma densa trama na qual afetos e racionalizações coexistem, se comunicam e se interinfluenciam – os estudos contemporâneos sobre movimentos sociais focalizam sobretudo os elementos racionalizados: “organização”, “estratégia de ação”, “identidade”, e em geral ignoram solenemente a importância dos afetos para a coesão de um movimento.

Inclusive, se tudo começa com a incompletude do Ser, com o perpétuo movimento do ainda-não, com a potência do afeto esperança, tendemos a pensar que os elementos racionalizados que compõe a intersubjetividade e depois ganham forma através da prática, da ação do movimento social na realidade fática, derivam da esperança. Ou seja, a intersubjetividade é primeiro conformada por afetos e somente depois a ela agregam-se elementos racionalizados, que são, sem dúvida, essenciais para a coesão e desenvolvimento da coletividade organizada. Não esquecendo que uma das características genéticas do *sonho diurno* é justamente o fato dele expandir-se e necessariamente, para que tenha possibilidade de se efetivar, torne-se público e vinculante.

Estabelecendo-se, dessa forma, um dos primeiros fios da trama intersubjetiva. Isto é, já há no sujeito isolado, antes mesmo dele aderir a um movimento, a predisposição para a conexão com o outro, eles compartilham afetos. Isso pode nos ajudar a pensar que não é apenas a possibilidade de ganhos, benefícios calculáveis que faz com que o sujeito se mobilize coletivamente, talvez, em alguns casos, isso seja o menos importante. É a busca pela consecução de um objeto desejado, compartilhado por mais de um, e a junção destes sujeitos desejantes, que os leva à luta coletivamente organizada.

E aqui entendemos ser possível aproximar liberdade e esperança. Honneth em *Direito da liberdade* apresenta duas conceitualizações clássicas de liberdade: “liberdade negativa e liberdade reflexiva”. Ambas têm em comum a ideia tradicional de que a “liberdade vai até onde começa a liberdade do outro”, conforme resgata Sobottka (2015, p.43). Constatando que essas duas concepções são insuficientes para dar conta de todas as facetas da liberdade, Honneth postula uma terceira, a “liberdade social”.

Nesse terceiro entendimento, o autor indica que a efetivação da liberdade de cada um depende da efetivação da liberdade do outro. Desta forma, liberdade social supera o entendimento isolacionista das concepções negativa e reflexiva, passando a depender da relação de reconhecimento recíproco entre os sujeitos, colocando-os em uma relação de interdependência e inter-relação. Em outras palavras, a liberdade social é dependente de relações de alteridade. Nas palavras de Honneth:

a aspiração à liberdade deixa de ser um elemento da experiência puramente subjetiva no momento em que o sujeito se encontra com outros sujeitos cujos objetivos se comportam de maneira complementar aos próprios, uma vez que agora o ego pode ver, nas aspirações de outra parte na interação, um componente do mundo externo que lhe permite colocar em prática objetivamente as metas estabelecidas por ele mesmo. Com “reconhecimento recíproco”, assim concebido, tem-se em mente, num primeiro momento, apenas a experiência recíproca de se ver confirmando nos desejos e metas da contraparte, uma vez que a existência desta representa uma condição da realização dos próprios desejos e fins; eles visualizam na contraparte o outro de seu si mesmo, e a liberdade até então reflexiva amplia-se para se converter numa liberdade intersubjetiva (HONNETH, 2015, p. 85-86)

Novamente aqui subterraneamente opera a esperança. Se deseja a liberdade sempre para se fazer alguma coisa com ela, nesse caso a liberdade social é a forma pela qual os sujeitos perseguem coletivamente seus próprios desejos, mas para isso é necessário reconhecer o outro e se reconhecer no outro. Evidencia-se que mesmo a liberdade, nesse caso, a social, é um fim e ao mesmo tempo um meio, criado pelos indivíduos modernos para a realização de seus sonhos diurnos, suas utopias, seus projetos

de vida. Ela mesma, a liberdade, é muitas vezes o objeto da esperança dos sujeitos. Por outro lado, nas sociedades modernas, não se pode ter a esperança da realização dos objetos da esperança caso não haja entre os sujeitos reconhecimento recíproco, relações de liberdade social, pois, assevera Honneth (2015, p. 86-87):

o sujeito só é “livre” quando, no contexto de práticas institucionais, ele encontra uma contrapartida com a qual se conecta por uma relação de reconhecimento recíproco, porque nos fins dessa contrapartida ele pode vislumbrar uma condição para realizar seus próprios fins. Desse modo, na forma do “ser em si mesmo no outro” sempre se pensa numa referência a instituições sociais, uma vez que somente práticas harmonizadas e consolidadas fazem que os sujeitos compartilhados possam se reconhecer reciprocamente como outros de si mesmo. E somente essa forma de reconhecimento é a que possibilita ao indivíduo implementar e realizar seus fins obtidos reflexivamente.

Portanto, o que se estabelece é uma espécie de círculo virtuoso entre liberdade e esperança: quanto mais esperança se tem mais liberdade social se quer ter e se pode ter, e quanto mais liberdade social mais esperança se pode ter.

Por fim, podemos inferir que a esperança, similar à liberdade, tem ao menos duas facetas, uma individual e outra social. Quando o objeto da esperança é compartilhado por vários indivíduos, cria-se um contexto favorável para a aproximação, conexão e organização desses sujeitos que se colocam em luta pela realização do objeto da esperança compartilhado por todos. Ou seja, cada indivíduo precisa reconhecer que o outro, assim como ele, também tem esperança de alguma coisa e que isso é pressuposto para que ele também tenha esperança. Nesse caso, a esperança enquanto afeta individualmente o sujeito, restringe-se ao reino da potência. Por outro lado, quando a esperança vincula e conecta, quando ela é compartilhada, ela adquire as condições para transformar-se em ato.

Importante esclarecer que Bloch não utiliza explicitamente o termo *intersubjetividade*. Em seu pensamento o que está colocado ora direta, ora indiretamente é o compartilhamento da esperança. No entanto, a ideia de compartilhamento subjetivo coletivo da esperança está muito próxima do conceito de *intersubjetividade*, que tomamos emprestado de Honneth. E aqui emerge ainda uma outra dimensão da afinidade eletiva entre Bloch e Honneth, a dizer, a *intersubjetividade*.

2.7 FRONT E NOVUM: O LUGAR DE AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESPAÇO SOCIAL

Em contraposição a entendimentos de sociedade que tendem a torná-la estática e refratária à mudanças, Bloch entende que o movimento de construção da realidade ou do real é sempre resultado de processos. A realidade social está constantemente sendo produzida por dinâmicas, processos vivos resultantes da relação entre os seres humanos e os objetos. Significa que tanto a mudança social quanto a conservação são resultado da ação, do movimento, nas palavras de Bloch (2009, p. 194) “o real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado e sobretudo o futuro presente”.

Com o conceito de *front* Bloch busca localizar o lugar exato de fabricação do real, isto é, a fronteira mais avançada do mundo social em que ocorre a fabricação da realidade. No *front* os possíveis tornam-se reais. Segundo ele, existe dois tipos de possíveis, o *objetivamente possível* e o *realmente possível*:

objetivamente possível é tudo aquilo cuja ocorrência pode ser cientificamente esperada, ou que pelo menos não pode ser excluída com base no mero *conhecimento* parcial de suas condições dadas. *Realmente possível*, em contrapartida, é tudo aquilo cujas condições ainda não estão integralmente reunidas na esfera *do próprio objeto*, seja porque elas ainda estão amadurecendo, seja sobretudo porque novas condições – ainda que mediadas pelas existentes – concorrem para a ocorrência de um novo real (BLOCH, 2005, p. 194-195).

E aqui torna-se necessário resgatar a noção de *utopia concreta* desenvolvida por Bloch, que já fizemos menção anteriormente. Conforme argumenta, para uma utopia ganhar concretude e capacidade de transformar-se em um *realmente possível*, ela precisa de dois correlatos. O primeiro diz respeito ao processo de criação imaginativa do indivíduo, as suas fabulações. É um processo individual e interior, é um

fermentar e efervescer acima da consciência constituída é o *primeiro correlato* da fantasia, que primeiramente é apenas interior, situado no interior de si mesma. Mesmo os sonhos mais idiotas existem ao menos na forma de bolhas de espuma e os sonhos diurnos até contêm uma espuma da qual às vezes já surgiu uma Vênus. Em parte alguma o animal conhece isso: somente o ser humano, que, embora muito mais desperto, entra em efervescência utópica (BLOCH, 2005, p. 194).

Quanto ao segundo correlato, trata-se do cotejamento da utopia, que até então era apenas fantasia na psique do indivíduo, com as mediações produtoras da realidade social. É apenas após esse cotejamento que a utopia fantasiosa pode ascender aos *status* de *utopia concreta*. Segundo Bloch, é só a partir daí

que pode ser afirmado que o realmente possível da *novidade suficientemente mediada*, ou seja, mediada em termos dialético-materialista, confere à fantasia utópica o seu *segundo correlato*, o *correlato concreto* situado fora de um mero fermentar, de uma mera efervescência no círculo interior da consciência. E enquanto a realidade não for completamente determinada, enquanto ela contiver possibilidades inconclusas em suas novas germinações e novos espaços de conformação, enquanto for assim, não poderá proceder da realidade meramente fática qualquer objeção absoluta contra a utopia (BLOCH, 2005, p. 194).

Aqui entra em cena o que Bloch chama de *novum*, que se refere à possibilidade de inovar a realidade social, de instituir novas formas. A instituição ou não do novo dependerá sempre dos processos de mediação entre passado, presente, futuro e da relação entre os sujeitos e os objetos. Conforme Bloch, é apenas o real resultante deste processo, sempre em marcha, que poderá “formular juízos a respeito dos sonhos utópicos ou rebaixá-los a meras ilusões” (BLOCH, 2005, p. 195). Com isso, o autor critica os entendimentos estáticos e absolutizantes da realidade social, que são epistemologicamente incapazes de pensar e entender as mudanças. Esses entendimentos especializados em focar apenas na conservação social, têm ainda um impacto político, assim como qualquer teoria social ou sociológica, pois, ao adotarem tal posicionamento tornam-se legitimadores da ordem instituída. Normalmente quando alguma coisa “sai do lugar” na sociedade, enquanto perspectivas abertas como a de Bloch irão buscar compreender isso como processos de mudanças possíveis, perspectivas ancoradas em ontologias estáticas da sociedade verão patologias, distúrbios, problemas.

As categorias blochianas de *front* e de *novum* nos são pertinentes para pensar o lugar dos movimentos sociais na geografia da sociedade. Os movimentos sociais situam-se exatamente no lugar mais avançado da realidade social, isto é, no seu *front*. É possível pensar que eles são uma das mediações do processo entre passado, presente e futuro e que tem como resultado a constante fabricação do real.

Dentro desse processo de fabricação da realidade, os movimentos sociais devem ser entendidos enquanto mediações cuja atuação concorre para instituir o *realmente possível* enquanto real. Portanto, atuam no sentido da instituição do *novum*. Nesse caso, o real que, no mais das vezes, se renova a partir de mediações ligadas quase exclusivamente ao *objetivamente possível*, reproduzindo um processo sobretudo de conservação da realidade existente, é atravessado pelos movimentos sociais aos quais interessa a efetivação de suas utopias concretas e, assim, trazer o advento da novidade ao mundo.

Nesse caso, os movimentos sociais estão situados na fronteira entre o presente e o futuro, entre o existente e a abertura para múltiplas possibilidades sempre aberto no horizonte da sociedade. Eles tencionam para que o existente seja subvertido, alterado, parcial ou completamente, dependerá do conteúdo da utopia que move o movimento.

Uma outra dimensão dos movimentos sociais que Bloch ajuda-nos a pensar é sua capacidade de criação do novo, pois os movimentos sociais precisam dar vida às utopias e sonhos, e também dar concretude a elas. E por situarem-se na fronteira mais avançada da realidade social, precisam constantemente recriar suas formas de ação, pois precisam superar as forças que lhes são antagonistas, isto é, aquelas mediações que atuam no sentido de reproduzir o mundo, as *objetivamente possíveis*, enquanto que interessa aos movimentos sociais instituir o *realmente possível*, a mudança.

E é justamente a esperança que faz o indivíduo sempre desejar um estado diferente daquele no qual se encontra, por isso é a responsável pela abertura do ser e do mundo para a criação do *novum*. Caso contrário, a realidade seria absolutizada e fechada como um anel, bem como o indivíduo seria uma substância estática. No máximo círculos repetitivos se desenvolveriam.

Nesse sentido, Bloch permite-nos refletir sobre a produção da realidade enquanto processo mediado pelo passado, presente e, principalmente, futuro, em que agentes não pré-estabelecidos são ativos nesse processo. Desta forma, o presente apresenta-se como o *locus* privilegiado das ações humanas que projetam no futuro a realização de seus desejos, sonhos diurnos, utopias concretas. E os movimentos são agentes privilegiados na produção dessa realidade, pois são ferramentas coletivas para a consecução dos objetos da esperança dos seres desejantes.

2.8 ESPERANÇA: ELEMENTO IMANENTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Recorremos a alguns elementos da obra de Bloch como forma de nos munir de novas ferramentas para pensar uma faceta dos movimentos sociais ainda pouco estudada, a dizer, a importância da esperança na consideração desse objeto. Certamente a obra de Bloch é muito mais ampla, complexa e pode ainda ser melhor explorada no sentido de nos alcançar outras ferramentas úteis aos nossos interesses. Porém, devido às dimensões e objetivos do presente trabalho, não foi possível fazer um estudo sistemático completo dessa obra esgotando suas possíveis contribuições para a análise de movimentos sociais. O que na realidade deixa a porta aberta para que a presente investigação prossiga nos

rastros da relação entre esperança e movimentos sociais. Preliminarmente é possível indicar que o sonho diurno, a utopia, a esperança, são sim elementos importantes para se compreender os movimentos sociais, tanto em sua criação como também em sua reprodução ao longo do tempo.

No entanto, a esse respeito, pouco ou nada, é encontrado na literatura do campo de estudos desse fenômeno. Nossa pretensão com esse trabalho, obviamente, não é esgotar o assunto, mas antes abrir uma frente de reflexão sobre a problemática. Em geral, os sonhos, as utopias são por toda parte relegados ao segundo, terceiro planos. Quiçá, isso deva-se, ao menos no campo científico, à dificuldade que se tem para medir, cronometrar, repartir em muitos pedaços, parte por parte, os afetos. Em outras palavras, as teorias tradicionais possuem profunda incapacidade para estudar fenômenos que não se deixam quantificar.

O *modus operandi* científico tem sido simplesmente ignorar solenemente os sonhos e, assim, decreta-se a sua inexistência ou sua insignificância. Na realidade, tal procedimento apenas coloca em relevo a incapacidade de certos campos das ciências sociais em aceitar seus limites. Nesse caso, não são os afetos expectantes, os sonhos diurnos, as utopias que são insignificantes para a estruturação da vida social, mas certas concepções epistemológicas, especificamente as tradicionais, que são incapazes de dar a devida importância para esses fenômenos em suas investigações, suas lentes não as deixam enxergá-los adequadamente.

Assim sendo, apenas reforçamos nosso entendimento de que a esperança é um elemento importante para se debruçar e estudar, principalmente em se tratando de movimento social.

Investigar suas formas organizativas internas, as estratégias externas para a conquista de suas demandas, a identidade, são sem dúvida uma parte importante do estudo. Entretanto, existe uma parte precedente tão ou mais importante que essa, a dizer, os sonhos, a utopia, a esperança que contribui tanto para dar vida ao movimento quanto para conectar intersubjetivamente os sujeitos-militantes, contribuindo para sua criação e reprodução ao longo do tempo.

A esperança é imanente aos movimentos sociais, coexiste com as racionalizações, e está presente o tempo inteiro no seu cotidiano, funciona como pulsão, potência primária para os movimentos sociais. Pois, afinal, por que um movimento desenvolve essa ou aquela estratégia, organiza-se dessa ou daquela maneira, senão com vistas a concretizar seus sonhos, suas utopias, suas esperanças?

3 O PRINCÍPIO ESPERANÇA E AS MANIFESTAÇÕES MULTITUDINÁRIAS NAS RUAS DE PORTO ALEGRE EM 2013

A conceitualização sociológica de movimento social organizado registra, dentre outras características, que há sempre uma ou mais bandeiras de luta bem delimitadas internamente e publicizadas externamente para a sociedade em geral, ou em uma única palavra, o *frame*. Na gramática blochiana, os militantes de um movimento social compartilham subjetivamente o objeto de desejo da esperança, refletem sobre ele e o lapidam, transformando-o, após esse processo, em um sonho diurno ou, quando melhor acabado, em uma utopia concreta – isto é, uma bandeira de luta, o *frame*.

Sem dúvida trata-se de algo fundamental para a coesão e a organização coletiva de um movimento. Ante a mediação com a realidade social na qual está inserido o movimento julga crível (dos pontos de vista moral, ético e material) a possibilidade de efetivação da utopia pela qual luta, por isso ela é concreta. Ela passa a figurar no horizonte de possibilidades futuras do presente histórico social. Assim, deixa de ser um afeto expectante e ou mero sonho diurno individual. No interior do movimento, os sonhos diurnos e afetos expectantes são mediados individual-coletivamente em face do mundo sócio-histórico que a um só tempo ou lhes dá suporte ou os bloqueia.

Esse processo é importante, pois dele derivam duas coisas intimamente ligadas: primeiro, o estreitamento do compartilhamento subjetivo entre os integrantes do movimento; segundo, derivado do primeiro, o fortalecimento decorre da esperança coletivamente fortalecida em realizar as expectativas compartilhadas que agora, após a mediação coletiva, ganham feição de utopia demonstrando-se concretizáveis.

Creemos que as manifestações de 2013 certamente não ocorreram sob a forma de um movimento social tradicionalmente organizado. No primeiro capítulo do presente trabalho argumentamos que se tratou de um *movimento de multidão*. No entanto, por caminhos diferentes, também as manifestações de 2013 passaram pelo processo de mutação de afetos expectantes para sonhos diurnos e, por fim, a cristalização de utopias concretas. O presente capítulo se dedicará a demonstrar como esse processo se deu nas manifestações multitudinárias ocorridas em Porto Alegre no ano de 2013.

3.1 DECOMPOSIÇÃO SOCIAL E NEOLIBERALISMO: ASPECTOS DA CONJUNTURA GERAL DO OCIDENTE CONTEMPORÂNEO

Pensamos que o *movimento de multidão* que tomou as ruas do Brasil em 2013 é um fenômeno intimamente ligado ao processo contemporâneo, constatado por Cornelius Castoriadis (2002), de decomposição⁴ das instituições sociais⁵ que, de uma forma ou de outra, atribuem ou atribuíam coesão e davam sentido às sociedades ocidentais. Nessa esteira, as instâncias formais de poder, notadamente, o Estado e sua institucionalidade, demonstra, cada vez maior incapacidade de apresentar soluções para os problemas gerados, exatamente, por esse processo de erosão social. Porém, essa debilidade do Estado deriva do fato de ser ele mesmo uma das instituições em desvanecimento, e, ao mesmo tempo, é ele também a principal instituição responsável e cobrada para solucionar os problemas decorrentes do processo de decomposição.

Evidentemente que essa cobrança deposita-se sobre o Estado porque no ocidente moderno o regime democrático liberal-representativo instituído, mesmo que bastante limitado, permite que algumas dimensões do Estado sejam passíveis de controle democrático por parte dos cidadãos: sufrágio universal para escolha dos representantes que irão operar a máquina estatal, direitos individuais, separação dos poderes. Cria-se, portanto, um espaço público, uma esfera pública onde os interesses comuns são mediados sob a alçada da lei gravada no Estado e por ele, ao menos em princípio, garantida.

No entanto, o avanço neoliberal⁶ (cuja premissa principal é tornar mercadoria tudo o quanto possível for, ultrapassando, assim, as fronteiras delimitadas para a ação do capital estabelecidas pela social democracia, mas já previstas no ideário liberal)

⁴ “[...] não estamos vivendo hoje uma *krisis* no verdadeiro sentido do termo, ou seja, um momento de decisão. (Nos textos hipocráticos, a *Krisis*, a crise de uma doença, é o momento paroxístico ao final do qual o doente morre ou então, por uma reação salutar provocada pela própria crise, inicia seu processo de cura.). Estamos vivendo uma fase de decomposição [...] Mas já foi dito que a decomposição pode ser vista, sobretudo, no desaparecimento das significações, no desaparecimento quase completo dos valores. E este desaparecimento é, a termo, ameaçador para a sobrevivência do próprio sistema. Como acontece com todas as sociedades ocidentais – quando se proclama abertamente (e cabe aos socialistas franceses a glória de tê-lo feito, coisa que a direita nunca ousou fazer) que o único valor é o dinheiro, o lucro, que o ideal sublime da vida social é o ‘enriqueça’, podemos conceber que uma sociedade possa continuar a funcionar e a se reproduzir sobre esta única base?” (CASTORIADIS, 2002, p. 104-105).

⁵ No escopo desse trabalho utilizamos o termo “instituições sociais” tal qual a conceitualização elaborada por Castoriadis: “Há portanto, uma unidade da instituição total da sociedade e, examinando mais de perto, descobrimos que esta unidade é, em última análise, a unidade e a coesão interna da imensamente complexa teia de *significados* que permeiam, orientam e dirigem toda a vida da sociedade considerada, bem como os indivíduos propriamente ditos que constituem o corpo dessa sociedade. Essa teia de significados é o que eu chamo de magma de *significações imaginárias sociais* que são levadas e incorporadas na instituição da sociedade e que, por assim dizer, a animam. Tais significações imaginárias são, por exemplo: espíritos, deuses, Deus; *polis*, cidadãos, nação, Estado, partido; bens, dinheiro, capital, taxa de juros; tabu, virtude, pecado, etc. [...] Eu chamo essas significações imaginárias porque não correspondem, ou não são esgotadas por referências a elementos ‘racionais’ ou ‘reais’, e porque são postas por *criação*. E chamo-as sociais porque existem somente se são instituídas e partilhadas por uma coletividade impessoal e anônima” (CASTORIADIS, 1985, p. 29).

⁶ Ver mais em Bourdieu (1998).

verificado nas últimas décadas começa a colocar em xeque, literal e figuradamente, o espaço público. Tudo o quanto é possível é (ou deve ser) transformado em mercadoria. Logo, atribuições históricas do Estado, tais como ofertar saúde e educação gratuitas e universais, por serem consideradas direitos sociais, passam a ser questionadas; legislações de proteção ao trabalhador passam a ser precarizadas; empresas estatais em setores estratégicos são privatizadas, propriedades públicas privatizadas, espaços públicos cedidos à iniciativa privada. Ou seja, passa a ganhar vida na realidade fática a premissa neoliberal de “Estado mínimo”, “Estado enxuto”, “menos Estado”. Com isso, na prática o que se está reduzindo é o que se entende por público. O que está oculto por trás do discurso “sofisticado” do Estado mínimo, é a pretensão neoliberal em tornar o máximo possível de esferas da vida mediadas pela lógica do mercado.

Segundo Pierre Bourdieu, essa ideia apoia-se na ideologia neoliberal que acredita que a lógica econômica é infalível e capaz de corrigir automaticamente qualquer tipo de erro ou inconsistência. Mas, conforme o autor mesmo demonstra, isso não passa de “pura ficção matemática” (BOURDIEU, 1998, p. 135). De todo modo, o fato é que, tal qual a preconização neoliberal, a lógica econômica passa a infiltrar-se paulatinamente em vários setores do mundo da vida. Na política, por exemplo, a lógica econômica passa a mediar cada vez mais as disputas eleitorais. Talvez essa tendência tenha alcançado o auge nos últimos vinte anos.

As técnicas publicitárias passam a ditar o comportamento dos candidatos nos pleitos. O foco é retirado da capacidade do candidato em convencer os eleitores de que suas propostas lhes são as mais desejáveis e racionais. Isso é deslocado para a construção publicitária do candidato. O *expert* em *marketing* é quem passa a comandar as ações do candidato na disputa. Ou seja, a partir disso a disputa eleitoral passa a operar similarmente à concorrência travada entre produtos similares, de empresas diferentes, pelos mesmos consumidores.

É a capacidade de fazer-se palatável e consumível aos olhos do eleitor que passa a ser a nova estratégia para a conquista dos votos. Isso expressa outra mudança importante que está sendo impressa pelo neoliberalismo na esfera pública-política, a transmutação antropológica da figura do eleitor para a de consumidor. Formalmente não mudou nada, o eleitor ainda vota. Mas simbolicamente a lógica da disputa passa a funcionar através da linguagem da propaganda, cada candidato busca vender-se como uma mercadoria mais atraente do que a outra.

Enfim, encontramos em Castoriadis (2002, p. 113) uma definição sintética e satisfatória da situação do Estado contemporâneo: “totalmente burocratizado, entregue aos interesses privados, engolido pela corrupção, incapaz mesmo de governar, porque deve manter um equilíbrio instável entre *lobbies* de todo tipo que fragmentam a sociedade contemporânea”. Ainda mais pertinente para nossa discussão é o diagnóstico que esse autor faz a respeito da esfera pública: “as pseudo-‘democracias’ ocidentais contemporâneas transformaram em grande parte a esfera pública em questão privada: as decisões verdadeiramente importantes são tomadas em segredo e nos bastidores (do governo, do Parlamento, dos aparelhos dos partidos)” (CASTORIADIS, 2002, p. 264).

Esse processo mais geral que ocorre em todo ocidente, apontado por Castoriadis, de privatização das diferentes esferas da vida, em especial da política, particularizou-se também em Porto Alegre. A seguir, faremos uma breve exposição e algumas observações acerca da dinâmica política da cidade no ano de 2012. Julgamos esse resgate pertinente por estabelecer a conexão entre o contexto político de 2012 e a eclosão das manifestações de 2013.

3.2 QUANDO A BUROCRACIA QUER CONTROLAR OS SONHOS: POLÍTICA NEOLIBERAL EM PORTO ALEGRE ANTES DE 2013

O período anterior à eclosão das multitudinárias mobilizações de 2013 em Porto Alegre foi marcado pela implementação de uma série de políticas de gestão da cidade informadas pelo ideário neoliberal, levadas a cabo pela administração municipal da época⁷. Por outro lado, esse período também foi marcado pelo desencadeamento de uma série de movimentos fragmentados, horizontalizados e temporários de resistência à crescente privatização dos espaços públicos, à repressão das atividades culturais autônomas de rua e ao estímulo e criação de condições adequadas para privilegiar unicamente o entretenimento em locais fechados e privados.

Sob o rótulo, sobretudo, de “revitalização dos espaços públicos”, a administração municipal criou uma série de empecilhos e, em alguns casos, a explícita proibição da utilização pública dos espaços públicos da cidade. Citamos a seguir alguns casos exemplares que evidenciam a coloração neoliberal da gestão municipal.

⁷ Prefeito José Fortunati (PDT). Primeiro mandato 2010-2012 e segundo mandato 2013-2016.

O Largo Glênio Peres, situado no centro histórico de Porto Alegre, historicamente utilizado para a exposição de diferentes feiras, apresentação de artistas e manifestações políticas, passou a ser regido por uma legislação redigida pelo executivo e aprovada pelo legislativo, que veda a sua utilização para feiras (prevendo permissão apenas para a anual Feira do Peixe) e dificultando a utilização por parte de artistas que se apresentam na rua, os quais precisam de autorização prévia do órgão regulador para apresentarem-se no local. A lei, por outro lado, liberou o espaço para ser utilizado como estacionamento em determinados horários. O chefe à época⁸ da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) declarou que “estacionamento é o que garante um público mais qualificado, o que aumenta o faturamento dos permissionários do Mercado. Isso que a SMIC quer!”. Também foi firmada uma parceria entre o Governo Municipal e a multinacional Coca-Cola em que a empresa patrocinou a reforma do espaço em troca do direito de explorá-lo para fazer propaganda de sua marca. Foi quando a multinacional instalou um gigantesco boneco inflável do mascote da Copa do Mundo no local.

O bairro Cidade Baixa em Porto Alegre, tradicional reduto boêmio, onde localizam-se diversas casas de festas e de shows, bares e com grande circulação e aglomeração de pessoas que fazem da rua seu espaço de confraternização, congregando um público bastante heterogêneo oriundo de diferentes extratos socioeconômicos, foi alvo, nessa época, de intensa fiscalização por parte da SMIC. Vários estabelecimentos foram fechados e multados, especialmente aqueles em que as pessoas ocupavam o espaço da rua para confraternizar.

Outro exemplo emblemático foi a reabertura do Auditório Araújo Viana localizado dentro do Parque da Redenção em Porto Alegre. Para a reforma do auditório foi firmada uma Parceria Público-Privada entre a Prefeitura e a empresa Opus Produções. A Produtora bancou os custos da reforma e em troca lhe foi concedida permissão para explorar o espaço para fins privados por dez anos. A reinauguração desse histórico espaço público de shows artísticos em Porto Alegre ocorreu em setembro de 2012.

Esses são alguns dos casos que denotam o processo de privatização ou restrição do uso do espaço público, pelo qual a cidade vinha passando no período – processo esse que, importante registrar, ainda está em desenvolvimento.

Kunsler (2012) fez um estudo específico sobre as experiências de ocupações e de resistência cultural que eclodiram no ano de 2012 em Porto Alegre como forma de

⁸ Valter Nagelstein (PMDB).

enfrentar esse processo de ascensão neoliberal no município. O autor elaborou um mapeamento do território da região central da cidade e imediações em que relaciona as ações da gestão municipal que visavam restringir os usos ou privatizar os espaços públicos e os movimentos de resistência correspondentes. Nos é pertinente apresentar esse mapeamento, porque ajuda a ter uma noção mais ampla e visual da dinâmica geral da cidade em 2012, interessante à nossa discussão.

Kunsler (2012), em seu mapeamento, também registra a implantação de alguns mecanismos de vigilância e controle na cidade. É importante ter em conta que isso está intimamente ligado ao processo de privatização. A necessidade cada vez maior e de mais sofisticados mecanismos de controle da cidade é a mesma demanda de qualquer outra mercadoria, ou seja, precisa ser reproduzível, previsível e os processos de fabricação e manutenção completamente controlados. Com uma cidade gerida sob a égide neoliberal, a cidade-mercadoria, não ocorre diferente: quanto mais controle e vigilância melhor para os negócios. Segue o mapeamento:

Ponto A - No Largo Glênio Peres houve a revitalização do espaço físico e colocação de sistema de vídeo-monitoramento em parceria com a empresa Vonpar (Coca-Cola), elaboração de um decreto municipal que regulariza as atividades no espaço, a sua utilização como estacionamento, aumento da fiscalização da SMIC, da repressão realização das ocupações “Largo Vivo”, “Batalha do Mercado”, apresentação de teatro de rua do “Levanta Favela” e a “Defesa Pública da Alegria”. **Ponto B** – Na praça Montevideu (Paço Municipal) as resistências se deram em torno das apresentações do “Levanta Favela”, do “OCUPA 12-15/05” e da realização da “Defesa Pública da Alegria”. **Ponto C** – Na Praça da Alfândega houve revitalização do espaço físico, aumento da fiscalização da SMIC e colocação de vídeo-monitoramento. **Ponto D** – Na esquina democrática (Av. Borges de Medeiros com a Rua dos Andradas) houve a colocação de sistema de vídeo-monitoramento e aumento da repressão policial. Como resistência houve a “Defesa Pública da Alegria” e as apresentações do “Levanta Favela”. **Ponto E** – Nas escadarias da Borges de Medeiros e no Viaduto Otávio Rocha houve o fechamento do Tutti Giorni (Bar do Nani) e o anúncio da revitalização do espaço. Como resistência a realização do “Okupa Viaduto”. **Ponto F** – No Largo Zumbi dos Palmares, frente ao anúncio de diferentes empreendimentos houve como resistência a ocupação “Segunda Seca Show”, o “VAMOSEUNI”, as “Ocupações Anti-Fascistas”, as apresentações do “Levanta Favela”. **Ponto G** – Na praça dos Açores com a (re)abertura do Tutti Giorni (Bar do Nani) acontecem as ocupações noturnas no espaço. **Ponto H** – Na rua José do Patrocínio, bairro Cidade Baixa, com as ações da Operação Sossego com o fechamento de bares, aumento da fiscalização da SMIC e da repressão policial houve como resistência o “Ocupa Lima e Silva – Chinelagem no Poder”, e a “Caminhada Cultural”. **Ponto I** – Na rua General Lima e Silva, bairro Cidade Baixa, com as ações da Operação Sossego como fechamento de bares, aumento da fiscalização da SMIC e da repressão policial houve como resistência o “Ocupa Lima e Silva – Chinelagem no Poder”, e a “Caminhada Cultural”. **Ponto J** – Na Feira do artesanato no Bom Fim e no Parque da Redenção frente ao aumento da repressão policial, colocação de sistema de vídeo-monitoramento houve apresentações do “Levanta Favela” e de diversos artistas de rua. No espaço também foi realizada a da Marcha das Vadias e Marcha da

Maconha. **Ponto K** – No auditório Araújo Viana e no Parque da Redenção frente à revitalização e ao cercamento do espaço houve a realização da “Defesa Pública da Alegria” e a “Defesa Pública da Redenção” (KUNSLER, 2012, p. 116-117).

Apresentamos em linhas gerais os principais acontecimentos que marcaram o ano de 2012 em Porto Alegre e que de uma forma ou de outra estão ligados às multitudinárias manifestações de 2013. Torna-se patente o fato de que vinha se desdobrando na cidade a organização de resistências para enfrentar o avanço da gestão neoliberal. O que queremos ressaltar nesse quadro é que, frente à particularização da “decomposição social” e ascensão neoliberal em Porto Alegre, que se realiza, sobretudo, através da mercantilização simbólica e material da cidade, pelo menos uma parte da população não permaneceu passiva, resistiu.

E nem poderia ser diferente, pois para existir psicológica e biologicamente o ser humano necessita viver em um mundo que lhe faça sentido e, sobretudo, lhe forneça significados. Não agir diante da infiltração das significações tipicamente econômicas nas demais esferas da vida, significa viver em um mundo que paulatinamente se desvanece de sentido, que lentamente deixa de ser um mundo humanamente vivível. Significa, em última análise, perder a esperança. Entretanto, ter ou não esperança não é uma escolha, pois, como indica Bloch, esperança é uma pulsão, um impulso que move o Ser. Perdê-la significa a própria morte.

Sendo assim, é esperado que as pessoas ajam, desejem, iniciem a alquimia de criação de significações e passem a sonhar acordadas com a melhoria da situação, pois os sonhos diurnos são sempre de uma vida melhor, como indica Bloch (2005). Dentro desse quadro passam então a pulular, fermentar três coisas: (forte e massivamente) afetos expectantes e sonhos diurnos, (de forma menos intensa) utopias concretas ou utopias que estiveram ou estão em vias de ganhar concretude.

Aqui é possível constatar que afeto e imaginação estão intimamente ligados. Os afetos disparam a necessidade de o sujeito racionalizar acerca do objeto gerador da afetação e, se necessário, pensar em formas de superá-la. Mas as afecções acionam antes de tudo a imaginação. É a imaginação que fornecerá material e estímulo para a racionalização, isto é, a tradução dos *fantasmas*⁹ projetados pela *imaginação* para uma linguagem coletiva e socialmente compreensível e plausivelmente narrada.

⁹ Sobre *fantasmas* e *imaginação* ver mais em Castoriadis (1985).

Essa situação mais geral da sociedade de, por um lado, preocupação, incômodo e pessimismo em função dos efeitos da crise de sentidos, e, por outro lado, a fermentação, a criação imaginária, expressou-se fortemente nas mobilizações ocorridas em Porto Alegre no ano de 2013. Pensamos que isso expressa-se na profusão da multidão na rua que, em certo momento, era ideologicamente heterogênea e com pautas vagas. Ou seja, interpretamos isso como expressão de um processo de fermentação subterrânea que lentamente cristaliza-se no mundo, primeiro sob a forma de afetos expectantes, depois enquanto sonhos diurnos e, por último, quiçá ganhando concretude e transmutando-se em utopias.

Embora em um primeiro olhar pareça pouco provável de se encontrar um elemento que conecte, vincule os manifestantes, por vezes, de antagônicas colorações ideológicas e que estructure, mesmo que precariamente, as manifestações, pensamos que há sim um elemento conectante.

De forma geral, quem à rua saiu para as manifestações estava motivado pela *esperança* de que algo que não existia passasse a existir, de colocar alguma figura nova no mundo sócio-histórico, de alterar esse mundo, por menor que fosse essa mudança. Por exemplo, o grande mote, pelo menos inicial, das manifestações era a contrariedade ao aumento da tarifa do transporte coletivo. Isto é, a expectativa de que a tarifa de ônibus não aumentasse fora quebrada, logo, instituiu-se e expandiu-se a esperança de revogar o aumento e até em alguns casos de alterar a estrutura de funcionamento do transporte coletivo.

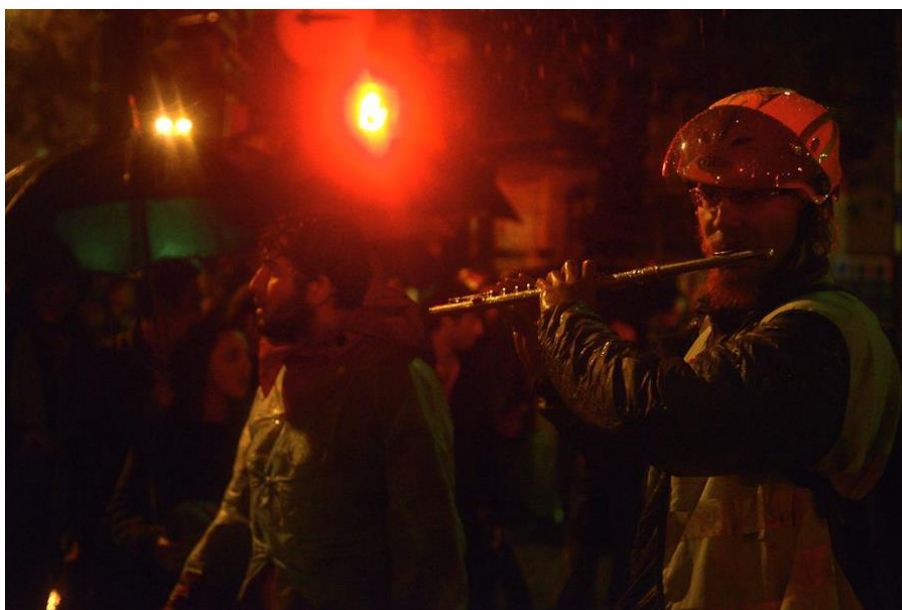
Queremos com isso postular que a *esperança*, entendida enquanto afecção, foi o elemento vinculante e estruturante das manifestações de 2013. Ora, é evidente que quando falamos em esperança, tal qual Bloch preconiza, não se trata de espera inerte. E sim é esperar por algo que não existe, projetar algo através do fermento imaginário e, então, passar a desejar. Isso coloca o sujeito em ação, em atividade na busca da consecução do objeto imaginado e desejado. *Esperança*, por conseguinte, é um autoafeto criativo, de criação no presente de um futuro distinto da situação imediatamente vivida. *Esperança* é o elemento que condensa passado, presente e futuro e disso resulta a fabricação da realidade social. É *esperança* nesses termos que nos referimos para refletir sobre as mobilizações de 2013 em Porto Alegre.

Recorrendo a registros fotográficos das mobilizações de 2013 em Porto Alegre é possível observar na performance dos manifestantes, muito fortemente, a incidência da esperança materializada em forma de palavras de ordem, reivindicações escritas em

cartazes, faixas, gestos, ações, entre outras. Sendo assim, nossa análise das performances dos manifestantes na rua será organizada a partir de cinco chaves interpretativas que tomamos emprestadas de Bloch (2005): *afetos expectantes, sonhos diurnos, utopias concretas, front e novum*.

3.3 ESPERANÇA: O FLAUTISTA DE PORTO ALEGRE

A fotografia 1 de certa forma é uma formidável metáfora do que foram as manifestações de 2013. Tal registro fora realizado em uma noite em que a manifestação ocorreu debaixo de muita chuva (20/06/2013). No primeiro plano da foto visualiza-se um homem molhado pela chuva, de capacete e a tocar flauta. Logo ao lado do flautista, em segundo plano, um rapaz com o semblante apreensivo olhando fixamente para algo ocorrendo à sua frente. E no terceiro plano da fotografia, um grupo de pessoas com os rostos distorcidos pelas sombras e luzes que cintilam ao fundo, em especial uma luz fosca e desfocada que banha a foto com distintos tons avermelhados.



Fotografia 1 – Flautista (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)

Essa foto possui duas dimensões bem marcadas, o primeiro plano cujo conteúdo é de fácil identificação, e o segundo plano em que a imagem está desfocada em função da incidência de sombras e luzes. No entanto, são duas dimensões de um mesmo contexto, portanto, um está contido no outro, as luzes e as sombras que se localizam, sobretudo no segundo plano, transbordam para o primeiro contornando os dois rapazes.

As mobilizações de 2013 foram estruturadas, como estamos argumentando nesse trabalho, por afetos expectantes, anseios por algo que ainda não se sabia exatamente o que era, e, paulatinamente, esses anseios, essas expectativas ainda sem objeto definido, foram sendo solidificadas com material concreto, ou seja, foram sendo transformadas em demandas positivas, sonhos diurnos, até mesmo pequenas utopias concretas.

As duas dimensões da fotografia metaforizam a coexistência que ocorreu em 2013 de, por um lado, formas distorcidas, afecções que perturbam, mas não se sabe ao certo o motivo do incômodo, da perturbação e, por outro lado, a construção de reivindicações em um formato discursivo positivo, propositivo, tendo mais ou menos chances de serem realizadas no mundo fático. Em síntese, tanto a foto quanto as manifestações foram marcadas por elementos distorcidos, indistinguíveis, sem forma e que causavam incômodo, e por outros mais bem-acabados, distinguíveis, com formas definidas.

O que consideramos mais significativo e emblemático na fotografia é o homem tocando flauta em meio a uma situação tensa e de apreensão, pois foi uma noite em que a manifestação foi duramente reprimida pela Brigada Militar. Havia uma atmosfera de tensão envolvendo o ato, tal como a própria fotografia de certa maneira comunica. Aliás, o motivo pelo qual o homem está de capacete é justamente para se proteger da repressão. De todo modo, o que queremos salientar é o fato de, mesmo inserido em um contexto conflagrado, o homem seguir tocando sua música, e não com qualquer instrumento, ele toca flauta. Segundo Bloch, este é bastante simbólico, pois foi o instrumento que possibilitou o surgimento da música e que carrega em si um impulso para o que ainda não-é. Nas palavras do autor:

a música surgiu modestamente; ela só veio a funcionar através da invenção da flauta pastoril ou flauta de Pã. O instrumento fácil de manejar e que pode ser transportado para qualquer parte é oriundo de uma camada social diferente daquela dos instrumentos ruidosos, temerosamente cúlticos. Usada preferencialmente por pastores, a flauta de Pã estava a serviço de sentimentos mais próximos, mais humanos, e de sua expressão. Ela não está destinada a provocar aturdimiento ou produzir êxtase como o zunidor, os címbalos ou o tambor magicamente pintado e por si só magicamente venerado. Ao lado do simples entretenimento, ela se detém, antes, nos níveis do anseio amoroso e, no que respeita à magia restante, do encantamento amoroso. O som da flauta pastoril, da flauta de Pã, da Sirinx entre os gregos (que em toda parte significa a mesma coisa) visa chegar aos ouvidos da amada distante. Assim a música inicia saudosa e perfeitamente já como *chamado dirigido àquilo de que se está privado*. [...] A flauta de Pã acabou chegando longe; ela é ancestral do órgão, e muito mais do que isso: ela é o local de nascimento da música como expressão humana, como sonho sonante (BLOCH, 2005, p. 142).

Para além da flauta, que, conforme Bloch, é um instrumento “dirigido àquilo de que se está privado”, para a esperança no futuro, o mais significativo simbolismo está no fato de o homem estar tocando sua música – exatamente com uma flauta – dentro da manifestação, e em um contexto de perigo em função do enfrentamento aberto que estava ocorrendo entre os manifestantes e a polícia. É significativo em função do que a música representa. Bloch atribui à música o *locus* privilegiado de produção e de proteção da esperança. Para ele, a música,

em virtude de sua capacidade de expressão diretamente humana, tem simultaneamente, mais do que todas as demais artes, a propriedade de acolher o múltiplo sofrimento, os desejos e os pontos luminosos da classe oprimida. E nenhuma arte tem, por sua vez, tanto excedente sobre a respectiva época e ideologia em que se encontra, um excedente, todavia, que muito menos abandona a esfera humana. Trata-se do excedente composto pelo material da esperança, mesmo no sofrimento sonante infligido pela época, a sociedade e o mundo, até mesmo na morte (BLOCH, 2005, p. 146).

Mesmo os manifestantes estando inseridos em um contexto no qual vários perigos os afetavam com o medo (disparos realizados pela Brigada Militar contra os manifestantes com armas com munição de borracha, bombas de gás lacrimogênio, cavalaria, perigo iminente de ser detido) e, assim, tendo tudo para paralisarem, seguiam sua marcha, pois estavam animados, mais fortemente, pelo afeto esperança.

Bloch (2005, p. 171-172) é ainda mais explícito sobre a relação entre música e esperança ao dizer que, “a relação com esse mundo é que torna a música sismográfica em termos sociais; ela reflete as rupturas sob a superfície social, expressa desejos de mudança e significa ter esperança”. Isso permite-nos interpretar a figura do flautista tocando sua música em meio à manifestação sendo reprimida como uma formidável metáfora que cristaliza visualmente a esperança e salienta a sua incidência e importância na estruturação das manifestações de 2013 e, ao mesmo tempo, a coexistência da esperança e do medo difundido pela repressão estatal.

Além disso, a figura do jovem flautista representa exatamente o perfil etário das manifestações. Singer (2013, p. 28), analisando os dados coletados pelo Instituto Datafolha, pelo Ibope e pelo Plus Marketing sobre o perfil etário dos manifestantes, chega à conclusão de que foi “um movimento formado majoritariamente de jovens, complementada por significativo contingente de jovens adultos (aproximadamente de 26 a 39 anos)”. A juventude, por sua vez, é um período da vida marcado profundamente pelo impulso do Ser para o futuro. As palavras de Walter Benjamin sobre a íntima relação entre juventude e esperança nos são elucidativas:

A juventude é toda cercada de esperança, amor e admiração: daqueles que ainda não são jovens, das crianças e daqueles que não podem mais sê-lo por terem perdido a fé em algo melhor. É assim que nos sentimos: somos representantes, cada um de nós vale por milhares, assim como cada rico vale por milhares de proletários, assim como cada pessoa talentosa vale por milhares sem talento. Devemos sentir-nos jovens pela graça de Deus, se tivermos esse entendimento (BENJAMIN, 2013, p. 53).

Ou seja, a presença predominante de jovens nas manifestações de 2013 em Porto Alegre é um importante indicador de que a esperança foi um elemento constante nas ruas. Esperança que se expressou, ganhou vida no mundo através de performances que ora expressavam-se sob a forma de afeto expectante, ora de sonhos diurnos e ora sob a forma de utopias concretas, não raras vezes, a rua entrou em ebulição pois as três formas de esperança expressavam-se ao mesmo tempo.

3.4 AFETOS EXPECTANTES TOMAM AS RUAS

Nas manifestações de 2013, os afetos expectantes eram materializados na rua pelos manifestantes através de demandas de negação e ou de defesa da legitimidade das mobilizações. Não se expressava categoricamente o que se queria, a reivindicação era marcada pela comunicação da oposição a alguma coisa. Os manifestantes eram afetados negativamente pelo arranjo de circunstâncias do mundo sócio-histórico, e, por isso, sentiam e sabiam que queriam algo diferente do que lhes estava socialmente colocado. Nesse caso, o *não*, a negação apresentada nas mobilizações de 2013 é exatamente a expressão da pulsão constitutiva do ser humano para o que ainda-não-é, para o que ainda não foi realizado. Isso se traduziu nas ruas de dois modos diferentes: através de estratégias iconoclastas e de estratégias *softs*.

Conforme Scherer-Warren (2014), pautas antissistêmicas também compuseram o mosaico plural de reivindicações apresentadas na rua pelos manifestantes em 2013. A linguagem empregada para exteriorizar e expressar demandas antissistêmicas foi, sobretudo, a da depredação e violação de determinados estabelecimentos públicos e privados que, no entendimento dos manifestantes, são símbolos do *status quo*. Isso torna-se bastante palpável quando prestamos atenção na recorrente demanda/denúncia: “transporte público não é mercadoria”. Está-se, com isso, negando a lógica da mercadoria, isto é, a lógica de funcionamento da economia capitalista. Essa pauta é a expressão de

uma luta anticapitalista. Sabe-se, nesse caso, exatamente o que não se quer mais. Mas pouco, ou nada, é articulado acerca do conteúdo de um projeto substitutivo.

Nesse caso, os registros fotográficos (fotografias 2 e 3) de ataques a ônibus por manifestantes é exatamente a cristalização na efetividade social da negação da lógica mercadológica gerindo o transporte coletivo. Ao atacarem o ônibus, os manifestantes estão no fundo, através de ações performáticas e simbólicas, expressando sua negação ao sistema de mediações do capital. Pois, afinal, o capitalismo não está fisicamente em lugar algum, mas simbolicamente está em quase todos os lugares mediando as relações de intercâmbio entre os seres humanos e entre esses e as coisas.

Portanto, o capitalismo não tem materialidade, ele se manifesta sempre através de símbolos. Atacá-lo ou cultuá-lo somente é possível através da relação com o conjunto de símbolos nos quais seu espírito encarna. Benjamin elucida essa questão ao enquadrar o capitalismo como religião, diz ele “o capitalismo é uma religião puramente cultural, talvez até a mais extremada que já existiu [...] Nele, todas as coisas só adquirem significado na relação imediata com o culto” (BENJAMIN, 2013, p. 21). Nesse caso, para profanar o capitalismo, os manifestantes utilizaram-se de estratégias iconoclastas¹⁰ e quebraram fisicamente um dos objetos envolvidos em seu culto, o ônibus.

Tal prática, em Porto Alegre, foi empregada especialmente pelos adeptos da tática *black bloc* que elegeram as instituições financeiras os seus alvos privilegiados, mas também mobiliário urbano, vidraças, muros, veículos empregados no transporte coletivo de passageiros, veículos de grandes empresas de comunicação – como pode ser visualizado nas fotografias 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Em síntese, uma parcela dos manifestantes utilizou-se de práticas iconoclastas, performáticas e ritualizadas, para profanar símbolos-objetos envolvidos nos rituais capitalistas e, assim, demonstrou sua oposição ao sistema socioeconômico em geral.

Creemos que utilizar o termo “práticas iconoclastas” em substituição a, por exemplo, “práticas violentas” (TATAGIBA, 2014), “violência física” (SCHERER-WARREN, 2014), “cenas de violência” (GOHN, 2013), é um ganho analítico. Pois “violência” não descreve rigorosamente as ações às quais nos referimos aqui. Configurando em certa medida juízo de valor. Aliás, o conceito de violência tem sido aplicado em algumas oportunidades de forma muito vaga na literatura sociológica.

¹⁰ Iconoclasta vem do grego e significa literalmente “quebrador de imagens”.

Violência é uma prática perpetrada contra seres vivos (seres humanos, animais, plantas, etc.) com vistas a causar ferimentos ou a morte.

A ação “violenta” contra objetos jamais causará ferimentos ou morte, portanto, não se aplica. Logo, consideramos “práticas iconoclastas” um termo analiticamente mais rigoroso para descrever tanto a ação quanto o sentido das ações que em 2013 quebravam e violavam símbolos/objetos envolvidos no culto capitalista (carros, ônibus, vidraças de lojas comerciais, prédios públicos e bancos, caixas eletrônicos de bancos, etc.). Porém, não temos dúvidas de que a repressão policial às manifestações não pode ser descrita de outra maneira se não como violenta. E, evidentemente, também os enfrentamentos ocorridos entre polícia e manifestantes que procuravam se defender, foram violentos.



Fotografia 2 – Ônibus I (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 3 – Ônibus II (Fonte: La Parola)



Fotografia 4 – Agência bancária I (Fonte: Felipe Deroit/RádioGaúcha)



Fotografia 5 – Agência bancária II (Fonte: Cristiano Goulart/Agência RBS)



Fotografia 6 – Estabelecimento comercial (Fonte: Bernardo Jardim/Sul21)



Fotografia 7 – Fogueira (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 8 – Container de coleta de lixo (Fonte: Bruna Scirea/Agência RBS)



Fotografia 9 – Veículo de empresa de comunicação (Fonte: Gustavo Roth/Agência RBS)

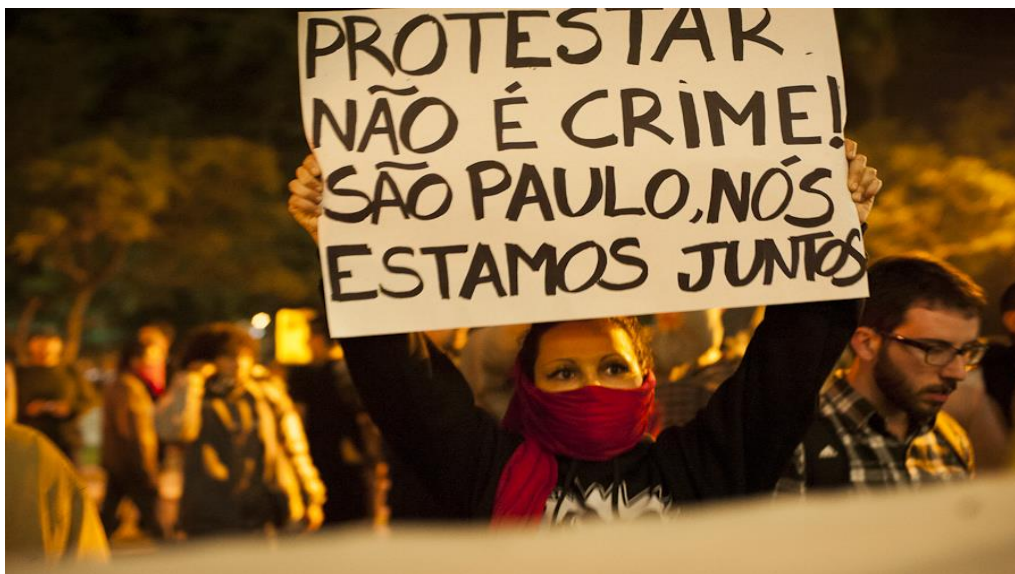
Retomando a questão da pauta antissistêmica presente nas ruas em 2013, torna-se importante salientar que ela é, em seus próprios termos, uma negação. O subgrupo de manifestantes que empunhava essa bandeira de luta, a apresentava publicamente através de práticas iconoclastas que informavam, sobretudo, desacordo, desconforto, incômodo com o estado de coisas. Estavam comunicando, portanto, o que não queriam. Isso denota que estavam mobilizados, nesse caso, por afetos expectantes. Expectavam por algo, antecipavam algo ainda sem objeto definido. O objeto expectado estava sendo gestado no fermento imaginário. E, em um primeiro momento, a substância que nutre o objeto disforme, sem estrutura e em desenvolvimento é o sentimento, a afetação disparada pelo incômodo, pelo desacordo com algo, no caso em questão, o sistema socioeconômico.

Também é possível encontrar a expressão dos afetos expectantes na estruturação das mobilizações de rua em Porto Alegre através de performances que podemos chamar de *softs*. Performances que comunicavam denúncia, negação ou contrariedade a alguma coisa através de cartazes e palavras de ordem, cujos alvos eram elementos mais próximos e ou imediatamente ligados aos protestos – como pode ser apreciado nas fotografias 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19.

As fotografias 17, 18 e 19 são registros de manifestações realizadas pelo movimento ambientalista que se colocou contra o corte de árvores realizado pela prefeitura de Porto Alegre no mês de maio de 2013, com a justificativa de ampliação das pistas de rolamento de uma avenida. Nesse episódio, o movimento ambientalista utilizou-

se basicamente de estratégias *softs*. Tal ação ocorreu no caldo das manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo e também é herdeira das mobilizações de 2012. Pensamos ser importante destacar a mobilização do movimento ambientalista para demonstrar que 2013 transcende a questão estrita da tarifa de ônibus. Trata-se sim de um instante histórico em que o compartilhamento subjetivo da esperança foi potencializado, expandido e, assim, vinculando mais pessoas.

Isso foi decisivo para a ocorrência das multitudinárias manifestações e também, como demonstra a ação do movimento ambientalista e de simpatizantes dessa causa, para a derivação de outras mobilizações. Talvez a influência das manifestações diretamente ligadas à pauta do transporte coletivo tenha servido, sobretudo, para criar um acúmulo compartilhado e vinculante de esperança. Esse acúmulo serviu como substância motivadora de sujeitos, partícipes ou não de movimentos organizados, para a luta política em outras frentes.



Fotografia 10 – Manifestante I (Fonte: Sul21/Ramiro Furquim)



Fotografia 11 – Faixa I (Fonte: Sul21/Ramiro Furquim)



Fotografia 12 – Faixa II (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 13 – Manifestante II (Fonte: Ramiro Furquim Sul/21)



Fotografia 14 – Manifestante III (Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 15 – Manifestante IV (Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 16 – Manifestante V (Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 17 – Faixa III (Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 18 – Cartaz (Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 19 – Ato Movimento Ambientalista (Ramiro Furquim/Sul21)

Os afetos expectantes são sensações que afetam o sujeito lhe causando incômodo, desconforto, sentimento de inconformidade com as circunstâncias vividas. O imediatamente compreendido pelo *afectado* nessa situação é que a superação do incômodo não está em nada existente no tempo presente. Portanto, tratam-se de projeções que lançam o *afectado* a esperar algo do futuro, só não se sabe ainda o que é. Formula-se nos domínios do consciente apenas, de forma mais ou menos precária, o que não se quer. Nesse momento ainda não há uma figura nítida para substituir o objeto de negação. Entretanto, o sujeito estar afetado por expectativas, cujo objeto é ainda nebuloso, é condição *sine qua non* para a criação de sonhos diurnos.

E foi exatamente esse sentimento de incômodo, inconformidade apresentado pelos manifestantes sob a forma de negação de algo – seja negando o sistema socioeconômico de forma ampla; seja opondo-se ao aumento da tarifa do transporte coletivo; seja dizendo que o transporte deve ser público e não uma mercadoria como qualquer outra; seja denunciando que o valor da tarifa do transporte é roubo; seja exigindo respeito; seja dizendo não ao corte de árvores – que buscamos ilustrar através dos fragmentos pictóricos capturados durante as manifestações de 2013.

3.5 ESPERANÇA: A PRESENÇA DE CRIANÇAS NAS MANIFESTAÇÕES

Assim como o flautista e sua música, a criança também é um símbolo e, ao mesmo tempo, vetor de esperança. Elas possuem uma relação muito intensa com os afetos expectantes, por isso julgamos pertinente ressaltar a presença delas nas manifestações de 2013 – como pode ser visualizado nas fotografias 20, 21, 22, 23 e 24.

A criança está intimamente relacionada à esperança de duas maneiras. Primeiro, os adultos depositam nas crianças a esperança de que elas produzam um futuro diferente do presente vivido e que desagrada. Segundo, a criança, conforme Bloch, é afetada muito especialmente pela esperança, pois na infância os afetos expectantes incidem poderosamente, “movimento-me. Desde cedo na busca. Completamente ávido, gritando. Não se tem o que se quer [...] espera-se pelo próprio desejo” (BLOCH, 2005, p. 29). Mas também é nesse período da vida humana que aprendemos a canalizar a esperança, sobretudo, por meio do aprendizado da espera, “pois o que uma criança deseja raramente chega imediatamente” (BLOCH, 2005, p. 29).

A partir disso, deduzimos duas implicações na participação das crianças nas manifestações de 2013. Por um lado, por serem elas socialmente um símbolo de esperança, elas operam como um agente potencializador da esperança de todos e de cada um, assim, fortalecendo os fios invisíveis de interconexão subjetiva dos manifestantes. Resultando no fortalecimento da esperança na possibilidade de consecução dos objetos desejados e que estão sendo reivindicados através da ação coletiva.

Isso também significa, para o adulto, sonhar, com os olhos abertos, em oferecer um mundo, logo, uma vida melhor para as crianças. Esse já é o irrompimento de um sonho diurno, um objeto desejado com contornos relativamente definidos, no caso: “um mundo e uma vida melhor para as crianças”. Por outro lado, há um impacto na própria criança que de forma alguma participa passivamente da manifestação. Ao mesmo tempo em que sua presença impacta fortalecendo a intersubjetividade, ela também se conecta intersubjetivamente.

Dependendo da idade, isso tende a abrir-lhe um novo flanco de possibilidades em seu universo simbólico, a acrescentar uma nova constelação de possibilidades ao seu imaginário. Porque, ao conhecer essa nova dimensão do mundo, a dizer, a da luta social, a criança passa a ter um novo suporte para a canalização e realização de suas esperanças. Ela conhece novos objetos a serem expectados e a forma adequada para a realização desses objetos. Aí, então, descobre massivamente o Outro no mundo e que existem determinados sonhos diurnos que, para serem realizados, precisam ser sonhados, desejados coletivamente e cuja realização depende da ação coletiva – as fotografias 20, 21, 22, 23 e 24 registram a participação das crianças nas manifestações.



Fotografia 20 – Criança I (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 21 – Criança II (Fonte: Ramiro Furquim Sul/21)



Fotografia 22 – Criança III (Fonte: Ramiro Furquim Sul/21)



Fotografia 23 – Crianças IV (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 24 – Crianças V (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)

3.6 LAMPEJAM OS *SONHOS DIURNOS*

Agora avancemos a análise. Os afetos expectantes transmutam-se em lampejos imagéticos. Nesse momento, brotam do solo fermentoso do imaginário os sonhos diurnos. Brotam figuras de uma vida melhor. O sujeito começa, então, a criar figuras imaginárias a respeito do que exatamente ele deseja. O incômodo produzido pelos afetos expectantes, primariamente canalizado sob a forma de negação das circunstâncias vividas, passa a receber conteúdo positivo e inicia-se aí as fabulações de sonhos diurnos. Esses sonhos nada mais são do que projeções de figuras imaginárias de como seria uma vida melhor. Porém, nesse momento, não se sabe nada ainda a respeito de como realizar os sonhos formulados. Para ganharem concretude e, assim, sua realização no mundo fático se tornar possível, precisarão passar por inúmeras mediações no mundo social-histórico.

Como visto no segundo capítulo do presente trabalho, Bloch indica que uma das características dos sonhos diurnos é a tendência a tornarem-se públicos, vinculantes, pois, passam a ser desejados coletivamente, passam a ser, em alguns casos, dependendo da natureza de seu conteúdo, compartilhados intersubjetivamente. E, apenas coletivamente, há chance de serem realizados. Mesmo quando são sonhos pertencentes a projetos de vida individuais, para realizarem-se dependerão inexoravelmente da relação com outros indivíduos e também, decisivamente, com a estrutura social.

Sonhos de uma vida melhor irromperam nas manifestações de 2013 em Porto Alegre. Certamente para que haja compartilhamento subjetivo de algum objeto desejado é necessário algum tipo de convivência mais duradoura ao longo do tempo entre os

partícipes da conexão intersubjetiva. É relevante a forma como isso ocorreu em 2013 nas ruas de Porto Alegre. No primeiro período das manifestações, período compreendido entre janeiro e abril de 2013, as pautas eram apresentadas, mormente, de forma negativa, como já visto neste trabalho. A principal bandeira de luta apresentada pelos manifestantes desde o início, aliás, esse foi o motivo pelo qual as manifestações iniciaram, foi o desacordo para com o reajuste da tarifa do transporte coletivo. Quando o reajuste, à revelia das manifestações, concretizou-se, a bandeira foi alterada para a exigência de revogação do reajuste.

Mas, lenta e gradativamente, sonhos diurnos lampejaram em meio às manifestações. É evidente que afetos expectantes e sonhos diurnos coexistiam nos protestos. Porém, em um primeiro momento, os afetos expectantes predominaram, após, a predominância passou a ser dos sonhos diurnos.

Em linhas gerais, a cronologia dos acontecimentos envolvendo as manifestações de 2013 contra o aumento do valor da tarifa foi a seguinte: de janeiro a março o foco das manifestações estava na contrariedade ao aumento. Em março, o reajuste foi aprovado pelas instâncias reguladoras e implementado pelo poder executivo municipal. No início do mês de abril, os manifestantes conquistaram a revogação do reajuste. E foi a conquista da revogação o ponto crítico a partir do qual os sonhos diurnos passaram a fermentar e lampejar com mais intensidade nas manifestações.



Fotografia 25 – Revogação da tarifa (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)

A fotografia 25 retrata a manifestação do dia 04 de abril de 2013, dia em que, através de uma liminar, o reajuste foi suspenso em Porto Alegre. A manifestação dessa noite transformou-se em uma espécie de ritual de comemoração da vitória conquistada. Nas manifestações seguintes, demandas com conteúdo positivo, ou sonhos diurnos, passaram a figurar em maior quantidade e intensidade.

As expectativas no decorrer das manifestações e com o acúmulo gradativo de esperança passaram a ser paulatinamente alimentadas com material concreto, tornando possível a articulação positiva e propositiva de objetos desejados. A partir disso as figuras distorcidas e desprovidas de objeto produzidas pelas expectativas, situadas ainda nos domínios do inconsciente, ascendem para o consciente e nele são mediadas. Recebem conteúdo, contorno, acabamento e, principalmente, forma através da linguagem intersubjetivamente partilhada. Esse é o processo através do qual os sonhos diurnos irromperam nas manifestações.

A conquista da revogação do aumento da tarifa foi sobremaneira importante para fortalecer as manifestações, pois essa conquista parece ter sido decisiva para reforçar intersubjetivamente a esperança de que as coisas de fato são transformáveis no mundo social-histórico através da ação coletiva. E isso produziu condições privilegiadas para a expansão da esperança e a consequente emergência de novos objetos de desejo – fotografias 26 e 27 ilustram demandas positivas ligadas ao transporte coletivo.



Fotografia 26 – Faixa (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)



Fotografia 27 – Bandeira (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)

A essa altura dos acontecimentos já era junho de 2013, período em que ocorreu o mais potente recrudescimento das manifestações em todo o Brasil, e também foi quando ocorreram, em Porto Alegre, as mais encarniçadas repressões policiais às manifestações. Daí em diante os protestos focaram principalmente na proposição de um modelo de transporte coletivo realmente público para o Município de Porto Alegre, e, nessa esteira, surgiu com força a demanda por “passe livre”. Ambas tornaram-se as principais bandeiras de luta das manifestações.

Evidencia-se o irrompimento de dois sonhos diurnos, dois objetos de desejo claros, definidos: sistema público de transporte coletivo (gerido pelo Estado) e passe livre para alguns grupos sociais. No entendimento dos manifestantes, realizá-los na efetividade social traria melhorias na qualidade de vida da população em geral. Corroborando os diagnósticos blochianos de que os sonhos diurnos são sempre de uma vida melhor e que precisam tornarem-se públicos e sonhados coletivamente, pois só assim há condições de serem realizados no mundo fático.

Nesse momento o Bloco de Luta pelo Transporte Público adquire uma nova importância. Desde o início das manifestações, ainda em janeiro de 2013, o Bloco de Luta foi a principal instância organizadora dos atos de rua. Era um espaço composto por diversos grupos políticos de esquerda – partidos, movimentos sociais, federação anarquista – e também por sujeitos sem vinculação com nenhum desses grupos. Era um espaço amplo e plural desde uma perspectiva política ligada à esquerda.

O Bloco era a instância na qual se discutia a organização das manifestações de forma ampla, mas também era o espaço de avaliação da eficácia das ações, bem como da escolha dos rumos políticos. Pelo menos até junho, foi, sobretudo, um instrumento de organização. Após a revogação da tarifa, o recrudescimento das manifestações e a necessidade de se apresentar reivindicações propositivas, paulatinamente tornou-se uma instância de reflexão intersubjetiva dos manifestantes. Passou-se a ser discutido coletivamente no interior do Bloco o projeto de transporte coletivo público que se desejava. Além disso, passou a se refletir também sobre como viabilizar esse projeto. Nesse momento começa a nascer o primeiro embrião de utopia concreta gerado no interior das manifestações de 2013 em Porto Alegre.

3.7 A CRISTALIZAÇÃO DE *UTOPIAS CONCRETAS*

No período final das mobilizações, a última grande ação de 2013 foi a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre. A ocupação da Câmara foi organizada pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público e ocorreu no mês de julho, período em que as manifestações de rua entraram em processo de arrefecimento.

Queremos destacar no episódio da ocupação a criação de condições propícias para a gestação de uma pequena utopia concreta. Ou seja, foi o momento em que os manifestantes iniciaram o processo de mediação de seus sonhos diurnos, intersubjetivamente partilhados, em face do mundo. A própria ocupação de um prédio que acomoda a esfera legislativa municipal por si só já é uma mediação. Pois, com isso, os manifestantes estavam de certa forma reconhecendo a institucionalidade e ao mesmo tempo subvertendo-a. Reconheciam a legitimidade do espaço enquanto produtor de legislações, mas informavam, através da ocupação, que estavam dispensando a representação dos vereadores eleitos através do voto. Estabeleceram, simbolicamente, um sistema de autorrepresentação, uma democracia direta.

A Câmara permaneceu ocupada por oito dias. Nesse período, a vida na ocupação foi gerida através de um sistema autogestionário que cuidava da segurança, alimentação, limpeza, comunicação, cultura, enfim, da vida infraestrutural. As questões atinentes ao objeto da ocupação, a questão do transporte coletivo, eram debatidas através de assembleias, onde o microfone era aberto para qualquer pessoa realizar intervenções, sugestões, compartilhar reflexões, propostas, etc. Foi uma experiência, sobretudo, de convivência em que se buscou, tanto quanto possível, mediar as relações interpessoais de

forma democrática. Foi também um momento de reforçar os laços de conexão intersubjetiva entre os manifestantes ocupantes.

A ocupação da câmara resultou na elaboração de dois projetos de lei. Um previa passe livre para estudantes, desempregados, indígenas e quilombolas; e o outro a abertura irrestrita das contas das empresas privadas prestadoras do serviço de transporte coletivo em Porto Alegre, bem como a proibição de concessão de qualquer tipo de subvenção e ou isenção fiscal para essas empresas. No período da ocupação também foram realizadas longas discussões a respeito de como tornar economicamente sustentável o sistema de transporte público projetado pelos ocupantes.

Interessa-nos, no escopo do presente trabalho, o processo através do qual atribuiu-se concretude aos sonhos diurnos que foram coletivamente sonhados. Isso fez com que ascendessem ao *status* de utopia concreta. Certamente não foi criada uma grande utopia ou uma utopia social, mas, sem dúvida, foi criada uma pequena utopia.

Ao final da ocupação, os dois projetos formulados foram protocolados na Câmara de Vereadores com a intenção de que fossem apreciados e, quiçá, sancionados pelos vereadores. O que não ocorreu. Mesmo os ocupantes tendo consciência de que o desfecho seria esse, ainda assim protocolaram os projetos. Esse gesto demonstra que estavam mediando seus sonhos em face do mundo fático, com as instituições que organizam a vida social. Estavam tencionando o mundo instituído, buscando criar fissuras para viabilizar o advento do *novum*. Empiricamente é esse processo que confere concretude aos sonhos diurnos promovendo-os a utopias concretas, portanto, figuras novas e nítidas que ainda não existem em parte nenhuma e que aspiram tornarem-se reais.

Salientamos um outro aspecto interessante que o episódio da ocupação suscita, a relação entre esperança e autonomia. Referimo-nos aqui ao conceito de autonomia formulado por Axel Honneth e sintetizado por Sobottka (2015, p. 37): “a possibilidade de o indivíduo poder criar e levar a cabo o seu próprio plano de vida”. Pois bem, para que o indivíduo possa dar a si próprio, da maneira mais lucidamente possível, o seu próprio projeto de vida, significa que ele primeiro precisa expectar e depois sonhar, produzir figuras de desejo bem definidas para a própria vida.

Para que isso seja possível é necessário que tenha disponível na sociedade um arranjo de coisas que permita ao indivíduo, primeiro, desenvolver lucidez psíquica e intelectual sobre si mesmo e sobre o mundo no qual está inserido, para poder fazer escolhas, tanto quanto possível, realmente suas; segundo, a sociedade precisa prover-lhe acesso a recursos materiais e simbólicos para viabilizar seus projetos. Essas condições

não estando amplamente disponíveis, a realização da autonomia é sobremaneira dificultada, certamente não impossibilitada. Logo, a autonomia tem duas dimensões que não se sobrepõe e a realização de uma requer a realização da outra, a dizer, uma dimensão individual e outra social ou coletiva¹¹.

Voltando à ocupação, a formulação de utopias concretas pelos manifestantes, no fundo, é a produção de condições sociais necessárias para tornar a realização da autonomia amplamente possível. Uma vez que a sociedade de forma injustificada, pelo menos no contexto brasileiro, não disponibiliza essas condições de forma eficiente. Pois, muito similar à liberdade social, a autonomia de cada um também se expande quanto mais pessoas forem autônomas.

A busca pela realização da autonomia na ocupação expressou-se através da criação de um espaço de participação direta em que todos e cada um tinha igualdade e liberdade de participação na construção da utopia, da lei que estavam produzindo. Nesse processo estavam contempladas as duas dimensões da autonomia.

A dimensão individual estava na participação da produção da utopia, da lei, logo os participantes se reconheciam nela. Além do mais, muito provavelmente, instituir um sistema político que preveja a participação direta de todos e de cada nas tomadas de decisão seja parte do projeto de vida dos manifestantes que ocuparam a câmara.

A dimensão coletiva estava no conteúdo da utopia, da lei, pois no fundo o que se estava propondo com os projetos de lei era a ampliação do acesso ao transporte coletivo, ou seja, se estava criando condições materiais para que mais pessoas pudessem fazer uso de um recurso importante para a realização de projetos de vida em uma metrópole.

Portanto, pensamos que os afetos expectantes, os sonhos diurnos e as utopias concretas sejam elementos constitutivos e indispensáveis para a realização da autonomia tanto em nível individual quanto coletivo, pois são duas dimensões intrincadas. Em outras palavras, autonomia e esperança são elementos dependentes um do outro, quanto mais autonomia (aqui entendida enquanto sinônimo de liberdade) mais esperança se pode ter e quanto mais esperança se tem mais autonomia se almeja ter – as fotografias 28, 29, 30 e 31 são registros da ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre.

¹¹ Sobre autonomia individual e coletiva ver mais em Castoriadis (2010).



Fotografia 28 – Ocupação I (Fonte: Alexandre Haubrich/Jornalismo B)



Fotografia 29 – Ocupação II (Fonte: Alexandre Haubrich/Jornalismo B)



Fotografia 30 – Ocupação III (Fonte: Alexandre Haubrich/Jornalismo B)



Fotografia 31 – Ocupação IV (Fonte: Bloco de Luta pelo Transporte/Facebook)

3.8 *FRONT*, *NOVUM* E A RELAÇÃO DA ESPERANÇA COM A INSTITUCIONALIDADE

O *front*, conforme Bloch (2005), é a linha de frente da sociedade, é o lugar metafórico onde ocorre a fabricação da realidade social. É onde as mediações que concorrem para a conservação e aquelas que desejam instituir o *novum* estabelecem suas disputas. Desse processo conflituoso ininterrupto resta sempre fabricada a realidade

social. Portanto, todas as sociedades humanas possuem um *front*. Cada sociedade também irá operacionalizar o *front* de formas diferentes. O *front* nunca se deixa controlar e situar completamente, pode alterar seu lugar na geografia social intempestivamente, conforme as disputas entre forças sociais concorrentes. É no *front* que nasce o *novum*. Logo, o espaço que cada sociedade reservará ao *front* será sempre transitório no tempo e no espaço. Permanente mesmo é o impulso humano-social para o futuro, para a instituição da novidade.

Em particular, as sociedades ocidentais modernas criaram mecanismos democráticos, através de uma arquitetura institucional, propícios a acolher, de forma mais ou menos eficiente, demandas e conteúdos utópicos que emergem do seio da sociedade. O fato é que essas sociedades, ao assumirem a democracia enquanto regime social, estão também assumindo o caráter dinâmico da sociedade e a sua tendência genética a instituir transformações.

O arranjo institucional do ocidente moderno é desenhado para absorver os desejos, os anseios, as demandas por mudanças que brotam na sociedade civil, quase sempre em forma de conflito, e dentro da institucionalidade busca-se mediar esses conflitos e dar vazão ou não às inovações requeridas, ao *novum*. Esse desenho institucional, ao ser eficiente no acolhimento das demandas, torna os conflitos sociais mais discretos e controlados. Quando a institucionalidade é democrática, a linguagem empregada para mediar os conflitos é prioritariamente discursiva-racional, normalmente é a linguagem do direito.

Por outro lado, essa arquitetura democrática é, sobretudo, um projeto e uma promessa da modernidade. Na efetividade social, isso realiza-se de forma mais ou menos satisfatória. Em alguns casos está mais próximo da promessa, em outros aquém. À vista disso, existem sociedades nas quais a institucionalidade possui sérias dificuldades em absorver as demandas sociais por mudanças, inovações. Normalmente são sociedades com pouco ou nenhum canal de participação social, além do sufrágio. Nesses casos o conflito tende a manifestar-se de forma explícita e o *locus* do *front* passa a ser principalmente a rua. A linguagem empregada perde a obrigatoriedade de ser discursiva-racional, muitas vezes é a linguagem própria das guerras.

Pensamos que as manifestações de 2013 ocorridas no Brasil estão intimamente ligadas ao fato de que a institucionalidade demonstra-se profundamente incapaz e indisposta a acolher e dar vazão às expectativas, aos sonhos diurnos e às utopias, principalmente para aquelas de coloração ideológica progressista que brotaram nas ruas.

Assim sendo, propomos enquadrar analiticamente as manifestações de 2013 enquanto o confronto entre mediações antagônicas que concorriam, por um lado, para conservar o estado de coisas e, por outro lado, mediações que concorriam para trazer o *novum* ao mundo, instituir inovações, mudanças (não importa aqui a dimensão dessas mudanças).

Nas ruas de Porto Alegre, um conjunto de agentes compôs o *front*. Enquanto força mediadora de conservação, havia, destacadamente, o capital ao qual não interessava alterar a estrutura arcaica e parasitária do sistema de transporte coletivo, o Estado que através do poder executivo comandou a repressão às manifestações mobilizando o seu aparato policial, jurídico e político, e as grandes empresas de comunicação que construía, em geral, narrativas negativas e deslegitimadoras das manifestações.

Por outro lado, a multidão na rua era a principal força mediadora interessada em instituir o *novum*, evidentemente contava-se com o apoio e participação de movimentos sociais, partidos políticos, confederações anarquistas, sindicatos, pequenos veículos alternativos de comunicação (esses em realidade eram parte constitutiva da multidão heterogênea e expectante que ocupou as ruas).

É no *front* que os sonhos diurnos, as utopias, as esperanças se amalgamam com as ideologias existentes na sociedade. Isso evidenciou-se na rua em 2013 através da coexistência de subgrupos que projetavam suas esperanças de mudanças em objetos de desejo embebidos em conteúdos ideologicamente antagônicos. Scherer-Warrar exemplifica isso fazendo a seguinte observação sobre as manifestações em São Paulo:

observou-se, nesse movimento: de um lado, os jovens do MPL defendendo políticas de sentido emancipatório e lutando por mudanças sistêmicas e político-culturais; de outro, alguns grupos de jovens médicos se opondo a uma política pública (Mais Médicos) a favor de populações carentes, para defender o *status quo* e interesses corporativistas da classe, inclusive tentando interferir, de forma meramente corporativista, no sistema institucional, como ficou evidenciado por seus atos em relação a esse projeto (SCHERER-WARREN, 2014, p. 419).

A incapacidade do Estado em dar vazão aos anseios de uma vida melhor que brotaram, principalmente, nas classes subalternizadas, na classe daqueles que vivem-do-seu-trabalho, que têm sofrido o aprofundamento da precarização de suas condições de vida, não é exclusividade do Brasil. Mobilizações recentes nos Estados Unidos, Grécia, Espanha, França, países do Oriente Médio, demonstram que se trata de um processo de longo alcance que vem ocorrendo em todo o mundo globalizado.

Tal processo, como já referido nesse trabalho, está a par com o avanço do neoliberalismo. Portanto, mesmo sociedades que historicamente construíram um arranjo

institucional razoavelmente eficiente em absorver as demandas por mudanças (países do Norte), em acomodar e conter dentro das instituições os conflitos estão vendo lentamente o *front* ser transferido para o espaço da rua. Significando que essa institucionalidade não está dando conta e que não é possível tão somente represar os sonhos diurnos e as utopias. Em algum momento o dique se romperá.

Outra característica importante das manifestações ocorridas em 2013 foi a opção do Estado em estabelecer relação com as manifestações por intermédio basicamente da repressão policial. Pensamos que isso é a expressão da fragilidade e baixa intensidade da democracia no país. Logo, isso se reflete na incapacidade das instituições em conseguir acolher as demandas utópicas e estabelecer linhas de diálogo discursivas-rationais com os manifestantes.

Por sua vez, como foi demonstrado no episódio da ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre, há nos manifestantes o desejo, consciente ou não, de participação nas tomadas de decisão que impactam seus projetos de vida. Ou seja, pode-se depreender disso que há interesse e vontade de se instituir um sistema democrático mais amplo e com mecanismos de participação efetivos.

Mas os agentes que gerem o Estado ao optarem por mobilizar essencialmente a estrutura repressora, assumem no *front* a posição de mediação conservadora. O Estado transforma-se de forma imediata no principal e mais visível oponente dos manifestantes, que, por seu turno, assumem a posição de mediação que concorre para instituir transformações. Em última análise, eles precisam projetar a transformação do próprio Estado para que suas utopias tornem-se passíveis de realização.

Provavelmente nessa interação de mútua negação que se estabeleceu entre Estado e manifestantes, resida a chave para o entendimento das características das manifestações que vêm ocorrendo em diferentes partes do mundo e que em 2013 irromperam no Brasil.

André Gorz, ainda na década de 1980, captou argutamente as características desses movimentos que à época eram nascentes. A caracterização de Gorz nos é pertinente pois, em larga medida, corresponde exatamente às características apresentadas pelas manifestações de 2013 no Brasil e especificamente em Porto Alegre. Segundo o autor:

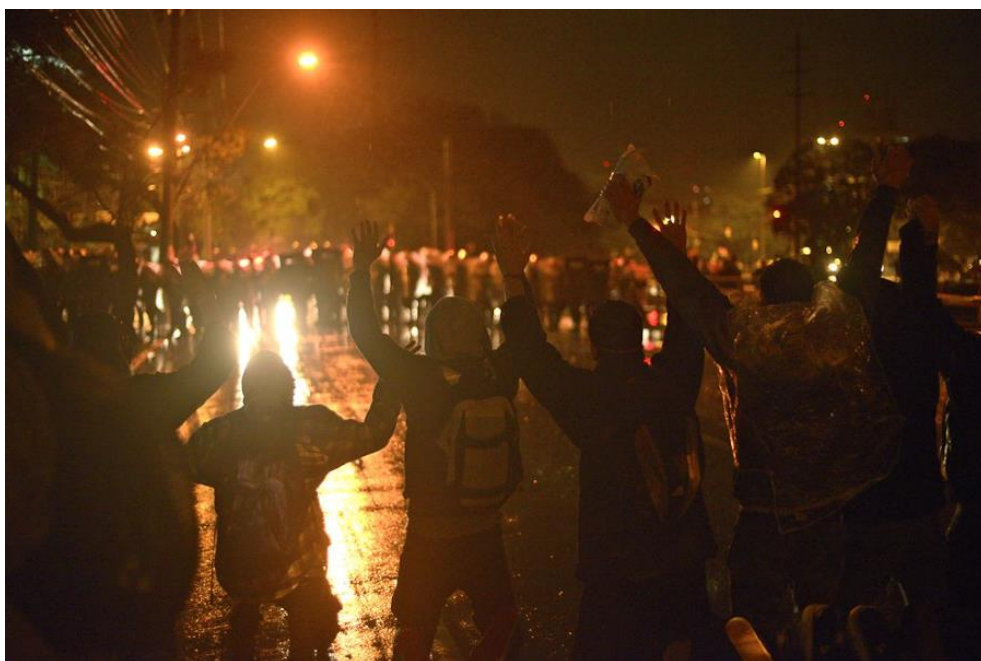
essa é a característica própria dos movimentos sociais nascentes: [...] é negação da ordem, do poder, do sistema social, em nome do direito imprescritível de cada um sobre sua própria vida. Esse direito, é claro, só pode se confirmar se corresponder a um poder que os indivíduos obtêm não de sua integração à sociedade, mas de sua existência própria, ou seja, de sua

autonomia. É a construção desse poder autônomo que define, em sua fase presente, o movimento nascente. Disperso, compósito é, por sua natureza e por seus objetivos, refratário à organização, à programação, à delegação, de funções, à integração numa força política constituída. E nisto está, ao mesmo tempo, sua força e sua fraqueza. Nisto está sua força porque uma sociedade diferente, que comporte novos espaços de autonomia, só pode nascer se, previamente, os indivíduos tiverem inventado e posto em prática uma autonomia e relações novas. Toda mudança de sociedade supõe um trabalho prévio extra-institucional da mudança cultural e ética. Nenhuma liberdade nova pode ser concedida de cima para baixo, pelo poder institucional. Na fase nascente do movimento, a desconfiança destes com relação a instituições e partidos constituídos reflete essencialmente a recusa de colocar os problemas segundo as formas habituais e de considerar como os únicos decisivos debates sobre a melhor gestão do Estado pelos partidos e da sociedade pelo Estado. Nisto está sua fraqueza, contudo, porque espaços de autonomia conquistados à ordem existente serão marginalizados, transformados em enclaves ou subordinados à racionalidade dominante a menos que haja uma transformação e uma reconstrução da sociedade e das instituições, de seu direito (GORZ, 1987, p. 20-21).

Não por acaso as manifestações e alguns movimentos contemporâneos, ou em uma só expressão, os *movimentos de multidão*, apresentam essas características descritas por Gorz, pois ser *disperso* e *compósito* é, ao mesmo tempo, estratégico para enfrentar o poder heterônomo, centralizador e verticalizado condensado no Estado e um meio antropológicamente adequado para a realização da finalidade visada por alguns movimentos, a dizer, a expansão da autonomia.

Gorz (1987), ao elencar a força e a fraqueza derivada da forma de ser dos movimentos contemporâneos, ainda nos ajuda a compreender o porquê de os manifestantes em 2013 negarem-se a dialogar com o Estado. Inclusive porque mesmo que realmente quisessem estabelecer um diálogo efetivo e a sério com o Estado, essa possibilidade estava bloqueada, pois, como já indicado, o Estado ao optar por relacionar-se com as manifestações através da repressão suspendeu qualquer possibilidade de diálogo.

Certamente isso faz com que a curto e médio prazo as conquistas por parte desses movimentos sejam pequenas ou nulas. Porém, em longo prazo, inscreve no horizonte social o imperativo de transformação da esfera política, pois somente assim se tornará possível a realização das demandas utópicas – a seguir as fotografias 32, 33, 34 e 35 ilustram o *front* nas ruas de Porto Alegre em 2013.



Fotografia 32 – *Front I* (Fonte: Bernardo Jardim/Sul21)



Fotografia 33 – *Front II* (Fonte: Michel Cortez/Sul21)



Fotografia 34 – *Front III* (Fonte: Michel Cortez/Sul21)



Fotografia 35 – *Front IV* (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)

3.9 REPRESSÃO E DESRESPEITO NAS RUAS DE PORTO ALEGRE

Todo Estado que se pretende democrático acomoda uma série de previsões no conjunto de leis que ele rege e pelas quais ele é regido, que preveem garantias democráticas diversas. Notadamente, liberdade de reunião e de manifestação são direitos fundamentais do conjunto dos cidadãos em uma sociedade democrática. Ao menos em

um nível formal esse é o caso do Estado brasileiro. Na Constituição Federal brasileira essas liberdades estão previstas no Art. 5º inciso XVI: “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”.



Fotografia 36 – Repressão (Fonte: Ramiro Furquim/Sul21)

No entanto, o Estado brasileiro, ao optar, basicamente, por reprimir as manifestações e assim frustrar injustificadamente as expectativas dos manifestantes em terem seus objetos utópicos reconhecidos, além de estar desrespeitando a Constituição, está desrespeitando moralmente os cidadãos manifestantes. Conforme Axel Honneth,

isso se refere aos modos de desrespeito pessoal, infligido a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade. De início, podemos conceber como “direitos”, *grosso modo*, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social pode contar de maneira legítima, já que ele, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional. Se agora lhe são negados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade. Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o *status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; nesse sentido, de maneira típica, vai de par a experiência da privação de direitos uma perda de auto-respeito, ou seja, uma perda da capacidade de se referir a si mesmo

como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos (HONNETH, 2003, p. 216-217).

As manifestações de 2013 em Porto Alegre foram marcadas pela privação dos direitos dos manifestantes, pois a repressão das manifestações comunicava que o Estado não reconhecia o direito de reunião, de manifestação e também não reconhecia as demandas utópicas apresentadas. Cremos que isso, além de provocar a perda de “auto-respeito moral” no indivíduo, provoca-lhe ainda um efeito danoso na dimensão dos afetos.

Quando o Estado reprimia as manifestações em 2013, repressão essa que muitas vezes transcendia qualquer protocolo seguro e aceitável para esse tipo de procedimento¹², também comprometia a autoconfiança do indivíduo quanto à sua capacidade de sonhar e de realizar seus sonhos de uma vida melhor (mas jamais tendo por efeito o aniquilamento dessa capacidade). Assim, bloqueando também o desenvolvimento da autonomia do indivíduo.

A repressão trabalha com a estratégia de despertar medo e horror no indivíduo manifestante. Lembremos que Bloch categoriza o medo como um afeto expectante, porém, o medo é um afeto que paralisa, gera imobilidade e tende a conduzir o indivíduo dominado por ele à “autodestruição” (BLOCH, 2005). Portanto, o Estado ao adotar a estratégia da repressão almejava, em última análise, exatamente despertar o medo nos manifestantes para assim produzir desmobilização e o conseqüente arrefecimento dos protestos. Desencadeando no nível individual, a privação da esperança, ou seja, privando o sujeito do direito à esperança. Provocando o que podemos chamar de perda de autoconfiança afetiva, uma vez que a esperança, conforme Bloch, é um afeto fundamental para a existência humana. Sem dúvida temos aqui uma outra forma e nível de desrespeito.

3.10 A VELHA ESTRATÉGIA DO MEDO E O TRIUNFO DA ESPERANÇA

Em geral, a adoção da estratégia do medo por parte do Estado produz o efeito almejado: arrefecimento ou paralisia temporária tanto dos movimentos tradicionais quanto dos *movimentos de multidão*.

¹² Um episódio exemplar da ação desmedida dos aparelhos repressores do Estado foi a ação da Brigada Militar na noite do dia 24 de junho de 2013. Na ocasião a polícia de choque da Brigada Militar encurralou cerca de vinte mil pessoas entre as esquinas da Avenida Borges de Medeiros com a Avenida Salgado Filho, no centro histórico de Porto Alegre, e lançou centenas de bombas de gás lacrimogênio no meio dos manifestantes. Criou-se uma espécie de câmara de gás a céu aberto. O episódio foi noticiado e pode ser acessado em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-caminhada-manifestacao-termina-com-violencia-no-centro-de-porto-alegre/>>.

No entanto, em 2013 foi diferente. Pelo menos quatro artigos sobre as manifestações de 2013 no Brasil salientam a relação entre a repressão policial e a ampliação vertiginosa do número de manifestantes na rua. Antunes e Braga afirmam que

a PM do Estado de São Paulo decidiu reprimir duramente os militantes do MPL por meio da utilização de bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e de tiros de bala de borracha de maneira indiscriminada [...] Depois desse dia [13 de junho], um foi forte sentimento de indignação tomou conta da cidade de São Paulo e a manifestação convocada pelo MPL para a segunda-feira, 17 de junho de 2013, reuniu aproximadamente 100 mil pessoas no Largo da Batata (ANTUNES; BRAGA, 2014, p. 45).

A esse respeito, Scherer-Warren (2014, p. 419) diz o seguinte:

A partir de junho de 2013, as manifestações se ampliam e se diversificam em resposta à repressão policial dirigida à manifestação paulista organizada pelo MPL local. Nesse momento, o repúdio à repressão legitimada pelo Estado, por um lado, e a solidariedade à liberdade de expressão da cidadania, por outro, formaram o mote para a ampliação das manifestações em todo país.

E Singer (2013, p. 25), sobre a repressão estatal, registra:

A repetição e intensificação dos embates levaram o governador paulista, Geraldo Alckmin, a anunciar o endurecimento para a quarta demonstração (na quinta, 13), quando um número indefinido de pessoas – a Polícia Militar (PM) calculou 5 mil, segundo os organizadores havia 20 mil – marchou pacificamente do centro da cidade até a rua da consolação, sendo impedidas de prosseguir em direção à avenida Paulista. A partir daí inicia-se repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia, tendo a PM atuado sem controle por horas, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada. Depoimentos de partícipes e observadores deram conta de policiais “enlouquecidos” e “cenas de guerra” a céu aberto. O uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público. Inicia-se, então, a segunda etapa do movimento, com as manifestações de 17, 18, 19, e 20 de junho, quando alcança o auge. Agora outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos.

Tatagiba, por seu turno, diz que “em julho de 2013, protestos contra o aumento da tarifa do transporte público, que até então estavam restritos a algumas capitais, foram nacionalizados a partir da forte repressão policial contra os manifestantes na cidade de São Paulo” (TATAGIBA, 2013, p. 36).

No caso das manifestações em Porto Alegre, não foi diferente. A aplicação do protocolo do medo por parte do Estado não produziu o efeito comumente obtido. A repressão ao invés de gerar, exatamente nessa ordem: frustração, angústia, medo e paralisia nos manifestantes e, conseqüentemente, o arrefecimento das manifestações, gerou recrudescimento, o contrário.

Porém, discordamos das abordagens antes expostas que creditam o crescimento das manifestações, após as duras repressões, ao sentimento de indignação (ANTUNES; BRAGA, 2014), ou ao sentimento de repúdio (SCHERER-WARREN, 2014), ou ainda ao sentimento de simpatia (SINGER, 2013) para com os manifestantes. Ora, repressão aos movimentos sociais e a protestos ocorre recorrentemente sem, com isso, gerar o efeito de 2013. E sempre presente nessas situações também está o sentimento de “indignação” e “repúdio” à repressão. Por isso, as respostas oferecidas para explicar o elo entre repressão e ascenso das manifestações não nos parecem plausíveis.

No entanto, os autores, ao abordarem essa questão, estão indicando que se trata de uma parte fundamental do fenômeno 2013, e que precisa ser elucidada. De nossa parte, cremos que foi, principalmente, a presença condensada e potencializada do afeto esperança interconectando subjetivamente os manifestantes, o elemento diferente no cenário e, portanto, principal responsável pelo fantástico aumento no número de manifestantes.

A repressão estatal, evidentemente, gerou a frustração das expectativas legítimas dos manifestantes em terem seus direitos de manifestação e o direito à esperança reconhecidos. No entanto, o sentimento de injustiça/indignação sentido pelos manifestantes não se converteu em paralisia alimentada pela frustração, pela angústia e pelo medo, como comumente ocorre, antes, converteu-se em ação alimentada pela esperança.

Pensamos que quando o sentimento de injustiça se vincula à esperança, essa sim, o único afeto capaz de conduzir o indivíduo para a ação criadora, coloca-o em movimento no sentido de modificar a circunstância geradora da injustiça e, assim, desobstruindo o caminho para a realização do objeto expectado, sonhado.

O presente trabalho até aqui busca chamar a atenção justamente para o fato de que as manifestações de 2013 contaram com um significativo acúmulo de esperança. Aliás, em grande medida as manifestações são a expressão pública desse acúmulo, pois há algum tempo sonhos diurnos e demandas utópicas represavam-se na sociedade civil sem canais apropriados e satisfatórios para sua canalização (como demonstrado no tópico anterior em que discutimos a situação do *front* no contexto brasileiro).

Nesse sentido, foi exatamente a esperança em ter os direitos de manifestação e, principalmente, o direito de sonhar com uma vida melhor respeitados e, quiçá, criar condições para a realização desses sonhos, que motivou os manifestantes a seguirem mobilizados mesmo com a brutal repressão que buscava impingir o medo. A repressão

serviu antes para motivar novos manifestantes a aderirem às ruas. Nesse caso, a esperança foi o principal elemento de vinculação intersubjetiva dos manifestantes. E as manifestações de 2013 significaram o rompimento do dique que estava a recalcar a esperança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: *EXPECÇÕES SOBRE O FUTURO*

Primeiro faremos algumas considerações de ordem teórico-metodológicas e após considerações de ordem analítico-conjunturais-estruturais sobre nosso objeto de estudos.

A instrumentalização do arcabouço teórico blochiano demonstrou-se profícuo para analisar as manifestações de 2013, porque contribuiu para a elucidação de uma constelação de elementos constitutivos do fenômeno, e ainda não discutidos pela literatura sociológica. Honneth foi também um referencial importante para este trabalho, pois, principalmente, o seu conceito de *intersubjetividade* permitiu a complexificação de nossa análise. Além, evidentemente, de compartilhar com Bloch o entendimento de que os *afetos expectantes* ou as *expectativas* (de reconhecimento) são vitais para a ação humana, seja individual, seja coletiva. Inclusive demonstra-se necessário e fecundo que produzamos uma investigação específica acerca das afinidades eletivas entre os dois autores.

A tríade *afetos expectantes*, *sonhos diurnos* e *utopias concretas* possibilitou, sobretudo, a iluminação de questões relativas à estruturação e motivação intersubjetiva das manifestações. Já o par de conceitos *front* e *novum*, permitiu iluminar questões de caráter estruturais implicadas nas manifestações, principal no que diz respeito à relação entre manifestantes e institucionalidade.

Cremos com isso, que foi possível, do ponto de vista empírico, produzir um quadro razoavelmente complexo e amplo dos multitudinários protestos que irromperam no Brasil em 2013, realçando especialmente aspectos ainda não explorados do fenômeno.

Do ponto de vista teórico, verificamos que o referencial oferecido por Bloch, no qual o *princípio esperança* é o ponto arquimediano, demonstrou-se uma ferramenta analítica eficiente e promissora, pois permitiu destacar elementos imbricados no fenômeno que as lentes teóricas tradicionais não alcançam. Assim, tornou-se possível cobrir de modo articulado um espectro amplo da realidade social que vai do indivíduo vivo, *afectivo*, imaginativo, racional, dotado de uma psique pulsante, indo até as estruturas sociais.

Em outras palavras, o arcabouço teórico blochiano permitiu-nos enquadrar o fenômeno enquanto parte de uma totalidade complexa. Permitindo, assim, superar o velho e sempre atual problema da sociologia, a dualidade indivíduo e sociedade, ou ação e estrutura. Foi possível pensar o indivíduo e a sociedade enquanto elementos indissociáveis.

Importante dizer que o fim das multitudinárias manifestações de 2013 não significa em hipótese alguma que o *front* deixou de existir. Ocorre que ele é dinâmico e tem muitas frentes, ora, por estar com frentes abertas nos grandes centros urbanos, está mais explícito e habitado, ora está menos populoso e mais discreto. Cabe ao estudioso seguir os rastros do *front* em cada momento histórico, pois ali está sendo fabricada a realidade social.

As manifestações deflagradas no Brasil em 2013 parecem ter produzido, acima de tudo, se não uma explosão, pelo menos uma fissura no *continuum* da história, para usar uma figura benjaminiana¹³. Queremos com isso dizer que 2013 foi um momento de abertura histórica no Brasil. A reprodução naturalizada, ou a fabricação da realidade social enquanto concretização e confirmação do “realmente possível” (BLOCH, 2005), reprodução da tendência, conservação do instituído, foi abalada pelo irrompimento das intempestivas manifestações.

Castoriadis (2010) nos permite interpretar 2013 enquanto um instante histórico no qual o tempo do *fazer social*, *chronos*, foi furtivamente atravessado pelo tempo da *criação social*, *kairos*, esse tempo imanentemente constitutivo daquele, porém, no mais das vezes, invisível, imperceptível, contido. E, em geral, o tempo da *criação social* não é rastreado, apreendido pelas lentes das teorias tradicionais. Aliás, é um tempo por elas ignorado. Talvez isso ajude a compreender a perplexidade dos estudiosos cujas lentes são tradicionais diante de fenômenos intempestivos, como, por exemplo, 2013.

A vontade de criação, vontade de colocar novas figuras no mundo social-histórico, significando um brevíssimo interrompimento da reprodução social, corporalizou-se nas ruas em 2013 através da explicitação de uma série de demandas utópicas – demandas essas de matizes ideológicas distintas, por vezes, até antagônicas, embebidas em colorações libertárias, passando pelas centristas e indo até as fascistas – que, até então, encontravam-se recalçadas, e que ganharam vazio e expressão no *movimento de multidão*. Manifestações essas que por si só foram um evento novo, uma figura nova posta no mundo social-histórico, uma criação social cujo nascimento foi intempestivo, imprevisto, impressionante. Ao mesmo tempo, fruto e produtora de uma fissura no *continuum* da história que logrou possível a realização de si mesma enquanto materialização de um *realmente possível* (BLOCH, 2005).

¹³ Ver mais em: Löwy, 2010.

O Estado ao demonstrar-se incapaz de absorver e dar vazão a essas demandas utópicas parece ter sofrido um desgaste quanto a sua legitimidade. O ambiente de instabilidade instaurado em 2013 serviu, ao que tudo indica, para desestabilizar o lento e recente processo de consolidação democrática em desenvolvimento no Brasil. O acontecimento mais notável quanto a isso foi a questionável cassação da Presidenta da República Dilma Rousseff pouco mais de um ano após ser eleita pelo voto popular. Não há nenhum consenso jurídico em torno do objeto de denúncia que sustentou o seu impeachment. Se havia um arranjo institucional com já escassos canais de participação democrática no país, com a cassação da Presidenta da República, legitimamente eleita pelo voto, principal ferramenta de participação da população na esfera política, certamente reduziu-se drasticamente o conteúdo democrático do arranjo institucional brasileiro.

Por seu turno, o Governo que assumiu em seu lugar tem buscado implementar uma série de reformas de conotação conservadora e neoliberal: reforma educacional; congelamento de investimentos em saúde, educação e assistência social; proposta de reforma trabalhista; proposta de reforma da previdência, etc.

Isso significa que as utopias emancipatórias externadas em 2013 não apenas foram ignoradas, como estão sendo intencionalmente abandonadas, invisibilizadas e inviabilizadas na esfera político-institucional. Por outro lado, demandas utópicas de matizes conservadoras, corporativistas e neoliberalizantes estão ganhando atenção e força institucionalmente.

Ou seja, 2013 abriu pelo menos dois caminhos possíveis de se percorrer no sentido de realização de demandas utópicas apresentadas nas ruas. Um seria o de aperfeiçoar democraticamente as instituições para se criar formas eficientes de absorver demandas emancipatórias, portanto, que reforçariam a participação nas instituições e seriam desde um ponto de vista democrático, eticamente justificáveis. Logo, em sintonia com o projeto civilizatório moderno. E o outro caminho, que parece estar sendo trilhado no Brasil, é o da supressão da democracia através do acolhimento de demandas utópicas de caráter neoliberal e reacionário, e, portanto, eticamente injustificáveis desde um ponto de vista democrático e humanizador. Ou seja, demandas utópicas não possuem um conteúdo ideológico *a priori* definido. São projeções voltadas para o futuro que intencionam colocar uma nova figura no mundo social, assim, alterando-o, transformando-o.

Outra questão de primeira importância trazida à tona pelas manifestações de 2013, em direta conexão com os rumos político-institucionais-sociais do Brasil, foi o

posicionamento do Estado que elegeu seus aparelhos repressores como a via privilegiada para se relacionar com os protestos. Esse posicionamento do Estado é, em realidade, a expressão de um problema crônico e antigo da democracia representativa liberal, Flickinger aborda essa questão ao resgatar a força do diagnóstico feito por Carl Schmitt a respeito disso:

de que o sistema democrático-representativo negligenciaria ou até recalcaria o espaço verdadeiro do político, enquanto lugar da luta pública pelo bem da comunidade no seu todo. Trata-se aí de um pressuposto importante no que diz respeito à definição da função prioritária dos movimentos sociais, já que esses se legitimam pela insuficiência objetiva do sistema liberal, o qual perde de vista a ideia de bem comum ao transformar o lugar do político num palco de negociação entre interesses particulares. Em outras palavras, o sistema democrático-representativo faz do político uma *res privada* de grupos poderosos, em vez de promover a *res pública* (FLICKINGER, 2004, p. 19).

E, em tempos de ascensão de concepções políticas neoliberais, o processo de privatização da esfera pública, problema genético da democracia liberal, aprofunda-se dramaticamente, pois o neoliberalismo é uma espécie de degeneração histórica do ideário liberal clássico. O neoliberalismo não atribui nenhuma importância à preservação de interesses públicos, inclusive essa ideologia advoga que é através da privatização da estrutura contida na esfera pública que se obterá a maximização do bem-estar geral. Aqui a esfera política é subordinada à esfera econômica. Já o liberalismo clássico prevê a necessidade de se ter uma esfera pública para garantir a mínima distribuição universal de recursos básicos essenciais para o bem-estar social, e também a participação do conjunto de cidadãos na política, mesmo que somente através do sufrágio. Neste projeto a esfera econômica é, se não subordinada, pelo menos controlada pela esfera política.

O fato é, tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo apresentam a mesma deficiência, – com a importante diferença de que no neoliberalismo a deficiência é consideravelmente maior – a falta de mecanismos eficazes que façam a mediação entre o Estado e a sociedade civil. Flickinger fala-nos que Schmitt foi um importante intelectual que se vinculou à ideologia nacional-socialista. E, além do diagnóstico crítico realizado por ele a respeito da democracia liberal, Schmitt também fundamentou o lugar e a função do movimento nazista dentro desse contexto de deficiência da democracia liberal.

Para Schmitt, conforme Flickinger (2004, p. 19), “caberia ao movimento nacional-socialista articular aquelas utopias que, sem espaço num sistema usurpado por interesses parciais, teriam em vista a reformulação do conjunto político, ou melhor, da unidade política”. Ou seja, caberia ao movimento nazista o papel de realizar a mediação

entre o povo e o Estado. E, conforme Flickinger (2004, p. 19), “por mais surpreendente que isto nos pareça, encontra-se aí a base comum, tanto das raízes do movimento nacional-socialista, quanto daquelas dos movimentos sociais das últimas décadas. Ainda assim, embora análogos em termos estruturais, cada um deles elegeu caminhos e soluções divergentes”.

À luz disso, se o presente trabalho nos permite concluir alguma coisa, mesmo de forma precária, certamente é constatar que vivemos no Brasil um período de abertura histórica e, por isso, nada está dado ou definido, aliás, nunca está. O uso prioritário da repressão é exatamente a expressão da ausência de mecanismos eficazes para realizar a mediação entre Estado e sociedade civil. Desta forma, ocorre o recalçamento e represamento das utopias que pululam na sociedade civil. Desde 2013 o *front* está patente e sendo explicitamente disputado por forças sociais antagônicas, cada qual tendo por objetivo a realização de seus objetos de esperança que são em seu conteúdo diametralmente opostos, a realização de um dos projetos significa o solapamento do outro.

O certo é que o *novum* está sendo gestado em meio a esse conflito, e o seu conteúdo é incerto. Entretanto, o conteúdo do *novum*, que cedo ou tarde será instituído, está intrinsicamente ligado aos rumos que tomarão as manifestações e os movimentos sociais no Brasil e, principalmente, dependerá do conteúdo das utopias que conseguirem ganhar concretude e se realizar. Disso derivam duas vias históricas possíveis para solucionar, no caso brasileiro contemporâneo, os problemas da ausência de mediações eficientes entre o Estado e a sociedade civil, ambas as vias abertas principalmente com as manifestações de 2013, uma autoritária e a outra democrática.

A via autoritária: se seguirmos trilhando o caminho que conduz para a hegemonização de ideologias regressivas e restritivas, a tendência é que culminemos com a suspensão completa de nossa já fragilizada e restrita democracia, restando a adoção formal de formas autoritárias de governo. Nesse caso, a profunda dificuldade da democracia representativa em conseguir absorver as demandas utópicas, será resolvida de forma autoritária aos moldes da solução nacional-socialista pensada por Schmitt.

A via democrática: se as forças sociais que perseguem a realização de demandas utópicas emancipatórias conseguirem virar a balança, a tendência é a retomada de formas democráticas de governos compromissados em promover condições favoráveis ao desenvolvimento da autonomia social e individual e, conseqüentemente, com o aperfeiçoamento constante da democracia.

Por fim, embora o *movimento de multidão* de 2013 tenha feito do aumento da tarifa do transporte coletivo o seu principal estandarte de luta, certamente foi por muito mais do que isso que a multidão se manifestou na rua. Em realidade, concluímos preliminarmente, que o principal elemento motivador das manifestações foi, decisiva e massivamente, a esperança expressa em forma de *expectações, sonhos diurnos e utopias* que há muito estavam represadas, recalçadas em função da falta ou inexistência de canais socialmente apropriados e disponíveis para a canalização e realização desses desejos.

A analista que afirma, “foi sim uma luta por 0,20 centavos” (TATAGIBA, 2014, p. 40), está com dificuldades hermenêuticas. Os vinte centavos serviram de vetor para a expressão pública da profusão de sonhos de vida melhor até então trancafiados nos subsolos desejanter de cada um e uma que se fez presente nos protestos de 2013.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **R. Pol. Públ.** São Luis, Número Especial, p. 41-47, julho de 2014.

BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. v. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

_____. **O princípio esperança**. v. 3. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. p. 153-166.

CASTORIADIS, Cornelius. **Os destinos do totalitarismo**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____. **As encruzilhadas do labirinto: a ascensão da insignificância**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

EXPECTATIVA. In: **Dicionário do Aurélio**, 2016. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/expectativa>>. Acesso em 05 julho 2016.

FLICKINGER, Hans-Georg. Movimentos sociais e a construção do Político: Carl Schmitt. **Civitas**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2004. p. 11-28.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, Sem ano.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educativo**. Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: CIP-Brasil, 1987.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **Direito da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

LÖWY, Michael. **Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa central**. São Paulo: Schwarcz, 1989.

_____. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Nythamar de. **Tractatus político theologicus**. Porto Alegre: Editora fi, 2016.

PLANALTO. **Constituição Federal**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 19 fev. 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil em 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, mai.-ago. 2014. p. 417-429.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, 97, novembro 2013, pp. 23-40.

SOBOTKA, Emil Albert. **Reconhecimento**: novas abordagens em teoria crítica. São Paulo: Annablume, 2015.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992, e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, vol. 13, n. 28, set/dez de 2014, p. 35-62.

REFERÊNCIAS FOTOGRÁFICAS

FOTOGRAFIA 1. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/debaixo-de-chuva-ato-tem-20-mil-nas-ruas-e-novo-confronto-violento-com-brigada-militar/>> Acesso em: 14 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 2. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-em-porto-alegre-tem-multidao-nas-ruas-e-forte-confronto-com-a-policia/>> Acesso em: 14 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 3. Disponível em: <<http://www.laparola.com.br/muitos-nos-representam-outros-nao>> Acesso em: 14 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 4. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/protesto-em-porto-alegre-acaba-novamente-em-atos-de-vandalismo--32780.html>> Acesso em: 14 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 5. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/video-mostra-invasao-e-depredacao-agencia-bancaria-em-porto-alegre.html>> Acesso em: 14 fev. 2017.

FOTOGRAFIAS 6, 7 e 16. Disponíveis em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-caminhada-manifestacao-termina-com-violencia-no-centro-de-porto-alegre/>> Acesso em: 14 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 8. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/policia-e-manifestantes-entram-em-confronto-no-centro-de-porto-alegre.html>> Acesso em: 14 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 9. Disponível em:
<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/grupo-rbs-registra-ocorrencia-por-ameaca-e-veiculo-depredado-4171190.html>> Acesso em: 14 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 10 e 11. Disponíveis em:
<<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-em-porto-alegre-termina-em-cerco-violencia-e-prisoas/>> Acesso em: 15 fev. 2017.

FOTOGRAFIAS 12, 13, 14 e 15. Disponíveis em:
<<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-realizam-novo-protesto-contr-aumento-da-passagem-em-porto-alegre/>> Acesso em: 15 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 17. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-realizam-novo-protesto-contr-corte-de-arvores-em-porto-alegre/>> Acesso em: 15 fev. 2017.

FOTOGRAFIAS 18, 19, 21 e 22. Disponíveis em:
<<http://www.sul21.com.br/jornal/ativistas-realizam-marcha-contr-corte-de-arvores-em-porto-alegre/>> Acesso em: 15 fev. 2017.

FOTOGRAFIAS 20 e 25. Disponíveis em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-liminar-da-justica-protesto-contr-aumento-da-passagem-vira-festa-no-meio-da-chuva-1/>> Acesso em: 16 fev. 2017.

FOTOGRAFIAS 23 e 24. Disponíveis em:
<<http://www.sul21.com.br/jornal/movimentos-sociais-e-moradores-da-periferia-caminham-juntos-na-vila-cruzeiro/>> Acesso em: 16 fev. 2017.

FOTOGRAFIAS 26 e 27. Disponíveis em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/milhares-marcham-ate-a-sede-da-atp-para-exigir-reducao-da-passagem-em-porto-alegre/>> Acesso em: 16 fev. 2017.

FOTOGRAFIAS 28, 29 e 30. Disponíveis em: <<http://jornalismob.com/2013/07/13/em-coletiva-de-imprensa-bloco-de-luta-reafirma-pautas-e-reforca-ocupacao-da-camara-de-porto-alegre/>> Acesso em: 16 fev. 2017.

FOTOGRAFIA 31. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/BlocodeLutapeloTransportePublico/photos/a.491289484266970.111821.488875294508389/558319087564009/?type=3&theater>> Acesso em: 16 fev. 2017.

FOTOGRAFIAS 32, 33, 34, 35 e 36. Disponíveis em:
<<http://www.sul21.com.br/jornal/debaixo-de-chuva-ato-tem-20-mil-nas-ruas-e-novo-confronto-violento-com-brigada-militar/>> Acesso em: 19 fev. 2017.